

**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2017**

Aos 28 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete pelas nove horas e trinta e três minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha, respectivamente 1º e 2º secretário.

**A – PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:*

**Grupo Municipal do Partido Socialista:**

Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Hélio Manuel Melo Vieira, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Carlos Castro Tavares, João Manuel Teixeira Salvador, José Eduardo Vieira Pimentel, José Fraga Ferreira Machado, Luís Leonel Teixeira Salvador, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Rui Manuel Pacheco Lopes, Salvador da Rocha Lopes, Tânia Gil da Rocha, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

**Grupo de cidadãos das Cinco Ribeiras:**

José Cipriano de Sousa Martins.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata:**

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa, Francisco José Lopes Câmara, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Mário José Martins Cardoso, Manuel Conde Bettencourt, Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio, Péricles Pereira Ortins, Rita Olaio de Mendonça Andrade, Rómulo de Ficher Correia.

**Grupo Municipal do CDS-PP:**

António Félix Flores Rodrigues, Maria da Graça Amaral da Silveira, Michele Soveta Aguiar, Pedro Miguel de Borba Ferreira.

**Câmara Municipal:**

**Presidente:** José Gabriel Álamo de Meneses.

**Vereadores:** Alonso Teixeira Miguel, Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Luís Miguel Sousa Azevedo, Raquel Gomes Caetano Ferreira.

*Posta à discussão, sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 10 de fevereiro de 2017 foi aprovada por maioria com 2 abstenções (1 do PS e 1 do CDS-PP).*

## **B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

**Munícipe Alexandra Manes:** – Bom dia senhor presidente da Câmara, senhor presidente da Assembleia e restantes membros, bom dia a todos e a todas. Estou aqui pela primeira vez na qualidade de munícipe e reuni uma quantidade de perguntas de outros munícipes que não podem estar presentes devido ao período a que decorre a reunião da Assembleia.

A minha primeira questão prende-se com uma obra que está a ser feita na rua da Guarita e tem condicionado fortemente o trânsito, prejudicando essencialmente os utentes dos serviços de transportes da EVT. As pessoas queixam-se porque a demora na sua execução leva a alguns atrasos nos autocarros provenientes das freguesias. Por força maior, as pessoas chegam também atrasadas aos seus trabalhos e têm sido penalizadas por isso. Pergunto se existe alguma previsão para o final da obra ou se haverá outro tipo de reajuste naquele que foi o plano feito para a chegada do trânsito a Angra.

A minha segunda pergunta relaciona-se com um problema ambiental que tem sido denunciado por várias pessoas. Gostaria de saber como é feito o combate às ervas daninhas em Angra do Heroísmo; se é feito com a aplicação de produtos químicos e se existem cuidados na sua aplicação em zonas próximas das linhas de água no sentido de se evitar que esses produtos alcancem as águas fluviais ou cheguem às nossas casas através da canalização.

Gostaria de saber se tem havido algum cuidado na aplicação desses produtos químicos perto dos estabelecimentos de ensino ou em áreas de população mais vulnerável como idosos ou crianças, se houve alguma razão especial para que, no passado mês de fevereiro, tenha sido feita a aplicação desses produtos durante o período noturno, os quais se encontram documentados em fotografia e se as pessoas que os aplicam se encontram devidamente credenciadas para o efeito sob a responsabilidade de um técnico também credenciado como manda a lei. Gostaria também que me informassem se é previamente publicada em edital ou nos jornais a informação relativa à aplicação desses produtos porque não encontrei qualquer publicação a respeito dessa matéria.

Como sabem, a maior parte dos habitantes das freguesias trabalha em Angra, o que significa que o contacto com as juntas de freguesia é diminuto. Se passamos a maior parte do nosso dia a trabalhar na cidade, dificilmente conseguimos tempo disponível para consultar os editais publicados nas juntas de freguesia. Gostaria portanto de saber de que forma os Serviços Municipalizados informam a população sobre a aplicação desses produtos no combate às ervas daninhas.

Outra das minhas questões prende-se com o regulamento aprovado na última sessão da Assembleia Municipal acerca da esterilização de animais abandonados e errantes aqui em Angra, mais propriamente a alínea f) do artigo 5.º que refere que só haverá esterilização de animais se houver cabimento orçamental, o que compreendo. O cabimento orçamental previsto é aquele que as grandes opções do plano e orçamento referem no programa 37 que inclui a esterilização de fêmeas adotadas, a campanha da adoção, a higiene dos animais na casota e o protocolo com a Associação dos Amigos dos Animais que perfaz um total de 63 567,00 €. Pergunto se o cabimento orçamental para a esterilização e para o cumprimento do que foi aprovado, está incluído neste valor.

Perguntaram-me se existe uma monitorização por parte da Câmara para se certificar se as pessoas realmente esterilizaram as cadelas porque tem havido casos recorrentes de algumas que são abandonadas e acabam por parir, ficando as suas crias também ao abandono. Como devem calcular, a sobrepopulação de animais errantes só termina quanto houver sensibilidade por parte das pessoas e uma política eficaz que passa essencialmente pela esterilização dos animais após a sua adoção.

Gostaria ainda de saber se existem números relativos aos animais adotados e posteriormente devolvidos e à troca de animais por parte de quem não os possa manter devido ao barulho ou outra razão qualquer.

Pergunto também se os machos são separados das fêmeas no canil e se os animais recolhidos são portadores do chip. Existem casos de animais perdidos que deram entrada no canil, o que significa que algo falhou em termos de monitorização ou por falha do equipamento porque se verificou mais tarde que eram portadores do respetivo chip e tinham detentores.

Gostaria também de saber se os animais são portadores de doenças porque tem havido casos de animais que entram saudáveis e são resgatados doentes porque adoecem no canil ou nas imediações. Isto tem sido bastante divulgado e acessível a toda a gente e não pode ser entendido como uma causa menor porque alguns dos animais resgatados doentes por particulares acabam por falecer. Após as necropsias, são identificadas doenças contraídas no próprio canil.

Gostaria de saber se existe uma triagem e quais os tratamentos ministrados aos animais. Como sabem, o CROA já prevê tratamento e reabilitação de animais que dão entrada no canil e dos que já lá se encontram. Se é permitida a saída de animais em regime de FAT (Famílias de Acolhimento Temporárias), se há algum tipo de ajuda a essas famílias de acolhimento e se existem números acerca da redução da occisão, (mais vulgarmente conhecida por abate ou eutanásia), redução que se deve essencialmente ao resgate de animais por particulares que depois os colocam em regime de adoção.

Não estou a pôr em causa os trabalhos desenvolvidos por esta Câmara no bem-estar animal mas a redução do número de abates deve-se muito às pessoas que resgatam os animais e os colocam para adoção.

Gostaria de obter também informação respeitante ao preço de uma occisão correta com injeção letal que deve ser feita mediante a aplicação prévia de um tranquilizante e se o CROA está habilitado a fazer esterilizações com veterinários capazes de darem resposta aos problemas relacionados com os animais. Recebi ainda algumas queixas a respeito de questões colocadas por *e-mail* à Câmara Municipal relativas a este assunto que não têm obtido qualquer resposta.

Para finalizar, pergunto se existem câmaras de vigilância nas imediações para que seja possível identificar as pessoas que se sentem à vontade para abandonarem os animais à porta do canil municipal, da associação e também perto da incineradora. Será que os próprios seguranças que andam por ali não conseguem identificar estas pessoas?

Houve um caso recente de uma pessoa que encontrou um animal abandonado e pediu auxílio ao canil no sentido de o resgatar. Esse auxílio não lhe foi prestado mas houve a informação de que o canil ofereceria o chip, as vacinas e a esterilização caso aparecesse alguém interessado na adoção do animal. Porque é que isso é facultado a alguns e não a todos os que pedem ajuda após resgatarem e acolherem os animais?

Gostaria de ressaltar que a sobrepopulação de animais é um problema que deve ser encarado por todos. Estamos a trabalhar para o fim do abate nos canis que pode demorar até seis anos e não podemos continuar à espera que as autarquias se adaptem à lei. Muito obrigada.

**Sr. presidente da Câmara:** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhora munícipe. Pedirei à senhora vereadora Raquel Ferreira para responder às questões específicas referentes ao canil.

A obra da calçada da Guarita está a decorrer dentro do que se esperava e é normal numa obra deste tipo. Não é apenas uma questão de reposição de calçada, trata-se também da criação de uma nova caixa de estrada que interfere com todas as estruturas enterradas e esperamos ter a obra pronta até ao final do mês de maio.

A rede de autocarros está a funcionar razoavelmente bem. O percurso escolhido foi considerado o mais adequado pela empresa que faz a exploração da rede e otimiza os tempos de circulação dos autocarros. Qualquer obra que se faça numa via como aquela com poucas alternativas apresenta os seus inconvenientes mas esperamos ter o assunto totalmente ultrapassado no fim de maio.

Quanto às questões de aplicação de produtos químicos, em Angra aplicam-se dois tipos: o mais comum é a lixívia que é aplicada à noite por alguém vestido de branco com uma máscara. Faz-se por razões de higienização dos passeios e, por se tratar de um oxidante forte, tem algum efeito sobre as ervas. De vez em quando em coordenação com as juntas de freguesia faz-se a aplicação de herbicida, algo que não tem sido feito nos últimos tempos porque o produto deve ser aplicado normalmente no fim da primavera na altura em que há mais ervas, especialmente na periferia porque, felizmente, as ervas não crescem assim tanto aqui no centro.

Tudo é feito de acordo com as normas técnicas adequadas. A Câmara tem um técnico responsável e aplicadores devidamente preparados e certificados e isto terá que continuar a ser feito sob pena de começarmos a ter um ervaçal dentro da cidade, especialmente nas ruas com menos trânsito. As normas de aplicação estão criadas para salvaguardar a segurança das pessoas e não há nada a temer em relação à aplicação desses produtos. O caso referente à fotografia que circulou na internet tratava-se de uma aplicação de lixívia em que o aplicador usava luvas porque a lixívia é um oxidante forte e depois de reagir resulta em cloreto de sódio, o sal, e não me parece que daí advenha grande mal.

A Câmara tem feito um grande esforço para resolver o problema dos animais abandonados, especialmente os cães; primeiro pelo respeito pela vida animal como é óbvio, mas também por razões de segurança de pessoas e bens. Os cães abandonados são um seríssimo problema, particularmente nas zonas rurais devido a ataques a outros animais e por originarem outros problemas de saúde pública.

A senhora Alexandra tem toda a razão no que afirmou. A Câmara tem-se esforçado imenso mas não adota cães e é preciso continuar esta campanha porque a redução do número de abates só pode ser feita se as pessoas adotarem os animais. Creio que passámos dos 1 600 abates em 2011 ou 2012 para a casa dos 179, o que significa uma redução de cerca de 90% devido a uma maior sensibilização que levou ao aumento das adoções. Ainda bem que assim é porque não temos condições de manter os animais infinitamente no canil e se ninguém os adotar ao fim de algum tempo, não haverá outra solução que não o abate do animal, algo que tem sido feito de forma adequada com os medicamentos adequados. A Câmara tem condições mais do que adequadas do ponto de vista do apoio sanitário aos animais. Temos dois veterinários no quadro, um dedica-se às questões das inspeções sanitárias dos estabelecimentos e o outro tem a seu cargo o canil e o controlo de pragas.

Quanto à saúde dos animais, assim como acontece com as pessoas quando vão ao hospital e apanham uma infeção hospitalar, é natural que alguns cães sejam também infetados no canil. O veterinário desenvolve as melhores práticas possíveis em termos de controlo mas a verdade é que o problema existe e aumenta a probabilidade de uma contaminação cruzada sempre que haja uma concentração de animais num determinado local. Essa é uma realidade da vida que tanto se aplica aos humanos como aos cães nos canis.

Quem disse que mais valia que as pessoas deixassem os cães ao pé do canil em vez de o fazerem noutro lado qualquer, fui eu e volto a repeti-lo. Em relação aos cães ou a outro qualquer tipo de abandonos, exatamente pela mesma razão, colocou-se à entrada da instalação um lugar específico para que as pessoas lá deixem o que não querem. Não vale a pena dizermos que vamos penalizar quem abandona o animal para que ele acabe abandonado num lugar qualquer. É óbvio que não queremos fomentar o abandono animal porque é crime, queremos que a lei seja cumprida e as que pessoas sejam punidas por isso, mas, ao criarmos um

mecanismo de punição à porta do canil, acabamos por conseguir dispersar os animais por outros locais e teremos mais dificuldades em controlá-los.

A Câmara não se dedica ao negócio de punir pessoas, um assunto que é feito pelo SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente) da GNR. A Câmara está na área da proteção dos animais e queremos fazer os possíveis para que sejam bem tratados. Se as pessoas os vão abandonar, ao menos que o façam de maneira decente, os entreguem e não os abandonem em lugares onde acabam por morrer de fome ao abandono ou se transformam num problema através da formação de matilhas nas zonas rurais o que, infelizmente acontece. Por estas razões, não temos qualquer intenção de instalar nenhuma câmara à porta do canil.

**Sra. vereadora Raquel Ferreira:** – Bom dia senhor presidente, caros colegas, restantes membros da Assembleia. Senhora munícipe, creio que nunca falámos, nem tão pouco recebi correio electrónico seu a respeito das diversas questões que aqui colocou.

A verdade é que a lei não obriga à esterilização do animal após a sua adoção. Sabemos que algumas pessoas que recebem o nosso voucher não esterilizam os animais porque fazemos a comparação dos vouchers utilizados, mas apesar disso o número de esterilizações é bastante elevado.

Desde a implementação do programa de esterilização em 2014 foram esterilizadas até ao primeiro trimestre de 2017 cerca de 550 fêmeas no concelho de Angra e tem-se verificado uma redução significativa de animais e de entrega de ninhadas no nosso canil e no canil da Associação dos Amigos dos Animais.

Tivemos uma redução de cerca de 300 cães de 2015 para 2016 mas infelizmente continuamos a verificar um abandono muito significativo desses animais, especialmente nos cães de grande porte ou nas raças perigosas como *PitBull* ou *Rottweiler*. Por vezes, devido à impossibilidade de colocação do chip ou quando os animais mordem alguém, a primeira atitude dos donos é o seu abandono e não podemos controlar essas situações. Apesar de se tratar de uma raça autóctone da ilha, há muitos abandonos de cães barbados por serem animais de grande porte.

A esterilização é sem dúvida a melhor estratégia para a redução do número de animais. De acordo com o regulamento, facultamos a esterilização a quem proceda à adoção ou entregue ninhadas. A grande maioria aceita esse voucher e faz a esterilização mas, como lhe disse, não existe uma lei que obrigue à esterilização.

Infelizmente não existe capacidade para fazer a esterilização no canil. Fizemos um cálculo dos custos do CROA para esse trabalho que rondava os 30 mil euros, não seria compensatório e não imagino um veterinário a fazer esse trabalho. Em 2016 esterilizámos 168 cadelas e 157 gatas, uma tarefa praticamente impossível de levar a cabo por um só veterinário.

Temos uma parceria com várias clínicas veterinárias do concelho com as quais reunimos duas vezes por ano, definimos algumas estratégias e discutimos campanhas, nomeadamente a campanha da GNR e alguns procedimentos que devem ser adotados no próprio canil. É opinião unânime por parte dos veterinários de que os gatos contaminados com a chamada SIDA felina devem ser abatidos para não contaminarem outros animais e criarem problemas de saúde pública.

Temos condições que permitem a esterilização de gatos e todos os machos que derem entrada no nosso canil e no canil da Associação dos Amigos dos Animais. Estamos a ver se é possível fazê-lo aos cães, aferindo esses custos em parceria com a Câmara Municipal da Praia porque o canil é intermunicipal.

Confesso que não lhe sei dizer o custo de uma eutanásia. Usamos o *Rompun* como tranquilizante mas não sei quanto custa e sei que o outro custa cerca de 27 euros o frasco de 50 ml. Como o senhor presidente da Câmara referiu, em 2013 houve 750 abates e 180 de adoções

o que corresponde a uma taxa de adoção de 30%. Em novembro de 2013 passámos a ter uma secção de gatil e em 2016 tivemos 179 abates e 759 adoções. Estes números incluem também gatos, alguns atropelados ou doentes. A taxa de adoção dos gatos é de cerca de 90% e a dos cães aumentou de 30 para 60%.

A senhora Alexandra referiu a importância da ação dos voluntários aos quais não nos opomos e possuímos até um regulamento que se encontra lá afixado. Se preferir, tenho todo o gosto em reunir consigo e mostrar-lhe os números que são já públicos e posso facultar-lhe uma cópia dos valores que aqui referi.

## **B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, colegas deputados. Vamos começar pelo princípio e resolver aqui um equívoco em que só o senhor presidente da Assembleia pode esclarecer os seus membros.

Voltamos sempre a um tema muito recorrente que é a ausência da comunicação social no acompanhamento dos trabalhos que, ao fim e ao cabo, interessam ao concelho e à população. Segundo percebi, na altura foi dito que foram desenvolvidas todas as démarches necessárias para a divulgação da reunião da Assembleia e ninguém apareceu nessa sessão. Passado pouco tempo, qual não é o meu espanto quando o jornal Diário Insular vem a público afirmar a pés juntos por escrito - e creio que não terá sido uma decisão leviana - que não tinha sido informado a devido tempo da reunião da Assembleia.

Peço ao senhor presidente que esclareça esta Câmara, os munícipes e os deputados a respeito do que terá corrido mal. Não acredito que o Diário Insular tenha mentido mas também não acredito que o senhor presidente o terá feito, dizendo que divulgou e não divulgou. Há aqui qualquer coisa que correu mal e só o senhor e os destinatários nos poderão esclarecer a respeito do que se passou.

**Sr. presidente da Mesa:** – É muito fácil de responder até porque os contactos estabelecidos com a comunicação social por via eletrónica estão registados. Além de outras vias, desde a primeira hora, informamos atempadamente todos os órgãos de comunicação social. O Diário Insular está presente e há um outro órgão que falta sistematicamente, como o senhor deputado bem sabe, mas não falta apenas às sessões da Assembleia; ainda ontem ocorreu a inauguração de um ring desportivo na universidade e uma vez mais a RTP não esteve presente. Não me compete saber se foram ou não informados mas estou convencido que terão recebido a notificação dessa inauguração.

A cada agendamento das sessões desta Assembleia Municipal são enviados para a comunicação social, a data, a hora e a Ordem de Trabalhos e se não comparecem é porque não têm pessoal disponível ou arranjam desculpas esfarrapadas. Contrariamente ao que aqui acontece, sabemos que a televisão vai fazer uma reportagem das reuniões decorridas noutras sedes de concelho. Se combinássemos uma cena de pugilato talvez eles cá viessem; caso contrário, eles têm acesso às ordens de trabalhos e não aparecem.

**Sr. d. m Paulo Pimentel:** – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Estive com o padre Dolores há 15 dias; posso informar-vos que ele se encontra bem e esperamos o seu regresso à nossa terra durante o mês de maio a 100%, faltando-lhe ainda cumprir alguns tratamentos devido à remoção da tiróide. Este livro que têm em cima da mesa foi publicado a seguir ao sismo de 1980 e já esgotou duas edições; o padre Dolores achou por bem voltar a publicá-lo e pediu-me que entregasse alguns exemplares aos senhores membros da Assembleia.

**Sra. d. m. Elsa Costa:** – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Antes de mais gostaria de lamentar a queda de uma árvore no caminho do fundo do Pico da Urze que por sorte não atingiu os condutores que fazem aquele trajeto diariamente. Havia sete árvores em risco de queda e a situação havia sido alertada em reunião de Câmara.

Fomos informados que teriam sido adquiridos equipamentos para proceder ao encerramento da Praça Velha sobre o qual o PSD se tem manifestado contra. Gostaria de saber se essas informações se confirmam e quais os custos desses mesmos equipamentos.

Um outro assunto tem a ver com uma das bandeiras da campanha do senhor presidente da Câmara que é a criação de emprego. Entendemos que a Câmara falhou na criação de novos postos de trabalho porque recorreu aos programas ocupacionais que terminam em breve, por isso pergunto o que o senhor presidente pretende fazer para garantir os serviços prestados por essas pessoas até agora.

**Sr. presidente da Câmara:** – Não possuo qualquer nota sobre a queda da árvore e não sei o que aconteceu; caiu hoje? Decorria uma intervenção no caminho fundo com a retirada de todas as árvores e voltou a tapar-se o muro que lá havia e oferecia risco. A razão da demora da intervenção foi explicada na altura, tem a ver com o facto de se tratar de uma propriedade privada e houve um conjunto de démarches necessárias de natureza burocrática. Tudo foi bem feito pela junta de freguesia de S. Pedro que se interessou por esta matéria, o assunto está ultrapassado, a árvore que caiu já lá não está e não existe qualquer problema naquela zona.

Quanto às questões de equipamentos e do fecho da Praça Velha, volto a afirmar tratar-se de uma ideia que vale a pena prosseguir; não o escondo e não vale a pena estarmos aqui a fingir que sim, que não ou talvez. Ainda não se comprou quaisquer equipamentos mas gostaria de comprar e estamos a estudar o assunto para vermos se é possível termos um palco hidráulico que se possa colocar ali e que suba e desça quando é preciso.

No que toca às questões que colocou sobre o emprego, tanto a Câmara como eu enquanto cidadão, não criamos emprego, a autarquia não tem falta de pessoal nos seus quadros e um dos documentos que temos aqui hoje para apreciação contém justamente o balanço do quadro de pessoal. Intenção diferente por parte da Câmara é fomentar a criação de emprego no concelho.

Não atribuo os louros à Câmara ou a mim, por se tratar de um trabalho coletivo feito essencialmente pelas empresas e pelas pessoas. Por um acaso do destino tenho comigo os dados referentes à evolução do emprego no concelho e não poderiam ser mais positivos. Se é para fazermos o balanço, estamos bem e até agradeço que me tenha dado o mote para que eu possa falar no assunto, senhora deputada.

Talvez nos interesse falar da variação do desemprego no concelho entre 2012 e 2016 da seguinte forma: na primeira metade do ano 2012 perdiam-se cerca de 600 empregos ao mês; isto foi diminuído, no fim do ano estavam a perder-se cerca de 200 empregos e nesta altura estamos ganhar cerca de 250 ao mês, o que significa que a situação se inverteu totalmente. Havia uma perda enorme em 2012/2013, em 2014 foi o ano do início da viragem, 2015 foi claramente um ano de recuperação de emprego e verificou-se uma extraordinária recuperação de empregos em 2016. Se era isso que pretendia saber, missão cumprida, senhora deputada. Aconteceu o que queríamos e a Câmara deu o seu modesto contributo para estes resultados extraordinários em termos de emprego.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais, comunicação social, senhora munícipe.

Começo por pegar em dois assuntos que a senhora munícipe referiu. Parece-me pertinente que a aplicação de herbicidas seja devidamente divulgada porque os habitantes das freguesias não

tomam conhecimento dessas aplicações visto que saem para trabalhar e pode acontecer alguma coisa. Lembro de uma reclamação de há cerca de dois anos relativa ao Posto Santo que foi parar aos jornais porque tinha morrido uma cabra por ter comido erva numa canada qualquer contaminada com herbicida. Estas situações podem acontecer se as pessoas não tomarem conhecimento das aplicações dos produtos.

Também nós ficámos sem resposta, a respeito dos *e-mails* sem resposta aqui referidos pela senhora munícipe, e não sabemos porque é que esses *e-mails* não recebem resposta.

Quero também congratular-me com a presença da comunicação social que tem estado praticamente ausente nas nossas reuniões da Assembleia. Tem-nos sido dito que é convidada mas temos ouvido notícias de que não terá sido bem assim.

Dou os parabéns ao senhor presidente da Câmara por ter assumido finalmente que vai fechar a Praça Velha...

**Sr. presidente da Câmara:** – Sempre o tenho assumido...

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Está assumido. A Praça Velha é para fechar, palavras do senhor presidente da Câmara. Seria bom que o senhor desempenhasse uma governação mais próxima dos munícipes para conhecer as suas opiniões. Isto aplica-se ao que está a acontecer com o fecho intempestivo da Guarita que obrigou a que o supermercado tivesse que arranjar sinalização adequada para permitir que os seus clientes lá conseguissem chegar em plena época festiva da Páscoa.

Esta governação deve ser feita junto das pessoas e não de costas voltadas para elas. Já agora, gostaríamos de saber o que o senhor pretende fazer em relação à rua da Sé. Este estudo de trânsito que o senhor levou quatro anos a elaborar diz que o trânsito vai ser condicionado nessa rua e gostaríamos de saber em que moldes isso vai ser feito.

No que respeita ao turismo, pertinente na criação de emprego, na última sessão da Assembleia o senhor presidente da Câmara dizia que ainda não sabia se o produto turístico a vender se relacionava com a natureza ou com a história. Após quatro anos de mandato, gostaria de lhe perguntar se já sabe o que está a vender neste concelho em termos de produto turístico que a Câmara tanto promove.

Temos ainda a questão das suas obras. Este mandato começou enrolado nas calçadas pelos motivos da má execução que todos conhecemos, termina da mesma maneira enrolado nas calçadas, sem o cais de cruzeiros e sem uma rampa Ro-Ro. O senhor trocou um cais de cruzeiros de 65 milhões de euros por uma rampa Ro-Ro de 250 mil euros e nem isso conseguiu construir.

Finalmente gostaria de saber como está a situação da escola de Santa Bárbara que, segundo consta, já vai em cinco idas ao Tribunal de Contas e a obra ainda não está aprovada. Quantas turmas o senhor prevê colocar nesta escola se a abrir no próximo ano? Já agora, gostaria também de saber quando será feita e lançada a obra do mercado municipal, a sua grande obra de regime.

**Sr. presidente da Câmara:** – Começo por lhe dizer que me enganei, porque julguei que o senhor era o candidato mas lamento que não o seja e perdi um almoço à conta disso.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Quem comeu o almoço?

**Sr. presidente da Câmara:** – Essa parte é privada. Houve quem aproveitasse e há mais para aproveitar. Quanto à aplicação de herbicidas, as juntas de freguesia fazem essa divulgação, os senhores presidentes de junta poderão responder a essa matéria melhor do que eu e lembro que tinha havido divulgação quando aconteceu a história da cabra. Depende da crença de cada um mas a verdade é que a utilização de herbicidas tem vindo a cair em flecha e cairá ainda mais com as regras mais restritivas que este ano foram colocadas em lei. Tirando as zonas rurais



mais distantes, os herbicidas estão a terminar o seu curso. De qualquer das maneiras, fica registado o seu reparo e faremos os possíveis para que a publicitação se faça devidamente, pelo menos no que diz respeito à parte da responsabilidade da Câmara que não é muita. Junto a minha voz à sua e espero que o assunto seja devidamente divulgado.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Até colocando uma placa no local da aplicação dos herbicidas.

**Sr. presidente da Câmara:** – Vamos ver como o poderemos fazer.

Em resposta à questão do trânsito, com a mesma certeza quero dizer-lhe que não concordo com a solução apresentada e não há nenhuma intenção de o alterar na rua da Sé. Não vivemos numa tecnocracia e os estudos de trânsito são isso mesmo: técnicos. Vivemos numa democracia, os senhores técnicos sugerem o que acham que devem sugerir e quem tem responsabilidades políticas de gestão, faz o que acha que deve fazer. Fica aqui dito que não, de maneira alguma isso acontecerá.

Quanto a produtos de turismo, não sei exatamente a que o senhor se refere mas vá à rua e conte o número de turistas. Parece-me que o crescimento do turismo nestes últimos anos foi extraordinário, tão bom quanto o do emprego, e mostra que não devemos estar errados nessas coisas. Temos feito o turismo crescer, vamos continuar a fazê-lo porque o nosso produto é tudo isso e mais algumas coisas, o sucesso mostra que o caminho está certo e o senhor tem todo o direito à sua opinião.

O senhor referiu-se a obras intempestivas. Quando é que se fazia a obra? Tirava-se a calçada durante a noite e colocava-se de manhã ou entre as 4 e as 6 horas da manhã para permitir que o pessoal que circula à noite também passasse? Há muitas variantes possíveis mas está-se a fazer o que é possível e ninguém está embrulhado com coisa nenhuma. Estamos a seguir um plano racional de substituição de pavimentos nos sítios em que está pior sem causar um problema financeiro demasiado, já que esta técnica que se está a seguir na calçada custa entre três e cinco vezes mais do que a sua simples substituição. Cada investimento destes custa muito mais dinheiro do que os investimentos anteriores devido à substituição integral da caixa, à colocação de um geotêxtil e à resolução de outros problemas de compactação para que a calçada não se solte e não haja a necessidade de aplicação de herbicida. Estamos a seguir um plano bom e apreciado pela generalidade dos municípios. Ando muito na rua, ouço e falo com as pessoas, sei o que se passa e o senhor pode ter a sua opinião e embrulhar o que quiser, senhor deputado.

Quanto à escola de Santa Bárbara, esperemos que seja desta mas não me cabe decidir a respeito do número de turmas a lá colocar porque já não sou secretário da educação há quase uma década e compete-me disponibilizar um edifício escolar com a qualidade necessária para que a administração educativa cumpra a sua missão.

Como hoje estou no dia de listas, posso fornecer-lhe uma listinha das obras que foram feitas neste mandato. Temos umas largas centenas de obras feitas um bocadinho por todo o nosso concelho. Todas as freguesias tiveram muitas e boas obras. Há obras que gostaria que estivessem feitas e não estão, uma delas a obra do mercado municipal, com certeza. O projeto saiu bastante mais caro do que pensei e estamos à procura de uma linha de financiamento que tem a ver com atividades económicas e depende da abertura dos respetivos avisos pelo Governo Regional. Se Deus quiser também lá se chegará, dependendo da vontade dos angrenses que entretanto se pronunciarão. Infelizmente não será entre nós os dois mas entre aqueles que forem os candidatos. O povo escolherá aquele que quer que governe a Câmara e aí se verá como se faz.

O projeto está pronto, fizemos o que queríamos, não chegámos ao fim como era de esperar em apenas quatro anos mas estamos no bom caminho. Já agora o informo que, em relação a obras estruturantes para a cidade, estão adjudicadas três de grande importância na zona de Angra. Duas estão completamente financiadas e vamos iniciar a intifada do lançamento da pedra, o que

significa que arrancarão em pouco tempo. Uma delas é os parques de estacionamento e a ligação entre o Clube Náutico e o Fanal. A obra está financiada e recebemos esta semana a aprovação dos fundos comunitários respetivos. O visto do Tribunal de Contas estava suspenso à espera da entrega do certificado de financiamento, o certificado chegou e a obra vai começar mais dia, menos dia.

Também temos devidamente aprovado o financiamento da obra de proteção costeira do Fanal. Temos todo o financiamento de que necessitamos e a obra está em vias de adjudicação. Houve um pedido de esclarecimentos e um conjunto de procedimentos processuais que atrasaram ligeiramente o processo, o que é normal neste tipo de obras de alguma dimensão, mas estamos em vias de adjudicação que decorrerá em breve.

A obra de alargamento do jardim e a reconstrução da casa na rua do Marquês está adjudicada e ficará financiada a partir de hoje. Faz parte da nossa Ordem de Trabalhos a aprovação do saldo e a inscrição dos dinheiros que transitam e com essa verba a obra arrancará. O visto também se encontra suspenso à espera da Assembleia Municipal de hoje e teremos a obra em condições de arrancar dentro de dias. A obra do jardim está a decorrer e a obra das *Startup* já acabou.

Neste momento a Câmara tem cerca de 120 obras em curso no concelho e terei todo o gosto em fornecer ao senhor deputado uma listinha de todas elas. Há milhões investidos onde fazem falta às pessoas e onde geram emprego. Relembro que a melhoria da situação de emprego não pode nem deve ser-lhe atribuída mas Câmara deu um forte contributo. Particularmente no momento em que as coisas estavam piores e as famílias precisavam, nós estivemos lá e as pessoas sabem disso. Sei que vos dói um bocadinho, especialmente agora que chegamos às eleições, e depois veremos, porque o povo é soberano.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo, caros deputados municipais. Foi dito aqui que não havia legislação que obrigasse à esterilização dos animais em cativeiro nos canis da Câmara. Deixo aqui a ressalva que o Decreto Legislativo Regional que impede o abate dos animais errantes considera a esterilização e lembro que a entrada em vigor ao fim de seis anos só se aplica à questão do abate e ao artigo que regulamenta a respetiva coima; o restante DLR entrava em vigor decorridos 60 dias após a sua publicação e, como foi publicado há um ano, neste momento todos os animais recolhidos pela Câmara deverão ser esterilizados.

No que respeita ao trânsito, registo com agrado que há três anos o senhor presidente da Câmara afirmava que os estudos de trânsito não eram técnicos, referindo até que não seriam de régua e esquadro. Na altura tive a oportunidade de o lembrar que existiam várias engenharias que visavam estudar e delinear os fluxos de trânsito. Passados três anos, o senhor assume os estudos como técnicos e podemos ou não aceitá-los visto que vivemos em democracia.

Quanto à obra da Guarita, acho que passou o tempo de fazermos notas de rodapé no jornal a darem conta de obras daquela dimensão. Como o senhor presidente gosta de evoluir com as tecnologias, neste momento já dispomos dos documentos no *tablet* e o senhor tem ao seu dispor variadíssimos meios para alertar a população para uma situação daquelas de enorme transtorno e informar a respeito das datas de início e fim da obra e dos percursos alternativos para que as pessoas possam atempadamente organizar as suas vidas. Pela vida que tenho, não sou propriamente dos mais desinformados porque estou atenta aos jornais e a outros meios de comunicação social, e fui surpreendida com todo aquele itinerário em que, para voltar ao ponto de partida, quase tive que dar a volta ao concelho. Deixo aqui a sugestão para que se faça atempadamente uma publicitação mais eficaz.

Agora gostaria de referir uma situação de saúde pública que se arrasta há mais de um ano respeitante a infiltrações provenientes de descargas de águas domésticas no solo que ocorre numa residência na rua de S. Pedro. Julgo que o senhor presidente da Câmara está por dentro do que se passa porque este processo originou já várias queixas. Em setembro de 2015

começou a surgir água pelos tubos de drenagem e não se tratava de águas pluviais. O proprietário analisou a água na universidade e o resultado indicou a presença de *Coliformes*, *Escherichia Coli*, *Enterococos*, e *Clostridium*, toda a panóplia de uma água residual não tratada que põe em causa a saúde pública.

Para que estas análises tivessem valor de reclamação, foram repetidas no INOVA e dado conhecimento aos Serviços Municipalizados que foram lá uma primeira vez e disseram que não conseguiram identificar uma causa. A primeira queixa foi em outubro de 2015 e em abril de 2016 foi apresentada uma nova queixa aos SMAH a indicar que a situação se mantinha e a resposta foi a seguinte: «*Considerando o caráter periódico dos eventos, podemos concluir que não se trata da rede dos Serviços Municipalizados, caso contrário, as infiltrações seriam permanentes e agravar-se-iam com eventos de pluviosidade.*»

A situação agravou-se, passando de ocorrências pontuais a casos recorrentes, foi feita uma reclamação para a Direção Regional do Ambiente que instaurou um processo e passou para a Inspeção Regional do Ambiente que, em janeiro de 2017, deu a conhecer o processo ao senhor presidente da Câmara considerando a responsabilidade e passo a ler: «*Entendemos tratar-se de um assunto da competência de V. Exa., o presidente da Câmara, e da entidade gestora do sistema público de drenagem pelo que, nos termos (...), vimos proceder ao encaminhamento da denúncia, solicitando que sejam tomadas todas as providências.*»

De janeiro até ao momento nada aconteceu e a situação mantém-se. Trata-se de um muro de uma casa nova com dois anos que se encontra nestas condições em que o espaço interior já tem infiltrações com água viva completamente contaminada onde vivem crianças. À parte todos os prejuízos materiais de quem acabou de construir uma casa, existe uma queixa da Inspeção Regional do Ambiente, é um problema de saúde pública e até ao momento não foi dada qualquer resposta por parte de quem é responsável por este tipo de situações.

**Sr. presidente da Câmara:** – Estamos bem conscientes da legislação referente à esterilização de cães. Se não me engano, há três ou quatro dias, saiu nova portaria do Governo da República sobre essa matéria, já pedi esclarecimentos sobre a sua aplicação à região autónoma dos Açores e todos os cães para adoção devem ser esterilizados.

Quanto às infiltrações que a senhora deputada acabou de referir, trata-se da casa de um colega nosso e meu amigo e não estou a falar de algo que não conheça porque já lá estive e o problema não é esse. A casa situa-se no Alto das Covas no início da rua de S. Pedro mais ou menos por debaixo do Centro Cultural onde passa uma antiga ribeira. Para evitar que a água viesse para a zona baixa da cidade, construiu-se ali há alguns séculos um canal em pedra que começa um pouco mais acima da igreja nova de Santa Luzia com saída no Chafariz Velho, uma obra muito interessante do ponto de vista hidráulico que desvia essas águas em direção ao Alto das Covas e passava por debaixo daquela zona no início da rua de S. Pedro. Esse canal está por detrás da parede onde existem essas infiltrações, encontra-se abandonado há séculos e foi cortado pela casa, o que não deveria ter acontecido. Aparentemente, é desse canal que surgem estas infiltrações que nada têm a ver com a rede de esgotos daquele local que foi aberta e inspecionada.

Quando tomei conhecimento do assunto, julguei que a infiltração proviesse de uma fossa do Centro Cultural em que a bombagem do esgoto é feita para a rede. A fossa foi aberta e inspecionada, tudo foi revisto e não há qualquer infiltração. O canal está seco e só transporta alguma água quando chove. O problema tem a ver com a colocação de casas em cima de um canal histórico que passava naquela zona e temos ali um problema sem uma solução óbvia.

Ninguém mais do que eu se empenhou nesse assunto que não é fácil de resolver porque tem a ver com uma estrutura grande e histórica desta cidade que é pouco conhecida. A par do aqueduto do canal real que existe lá em cima, é uma das maiores obras hidráulicas antigas que se encontra esquecida. Passa abaixo do SERCLA, passa ao lado do pátio da casa do

representante da República, mergulha por debaixo daquela rua e passa por detrás da parede que está na fotografia que foi aqui mostrada. É um assunto complexo que não apresenta uma solução rápida e imediata, estamos a ver se o conseguimos resolver mas envolve um grande conjunto de intervenções, provavelmente numa distância razoável em relação ao lugar.

**Sr. d. m. Carlos Ormonde:** – Bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, caros colegas, senhora munícipe e comunicação social. Fui detentor de uma exploração agrícola e lido com outros agricultores na zona onde tenho o assento da exploração. Já fui afetado e o último ataque por cães abandonados em matilha foi há cerca de um mês. Os ataques são continuados e os esforços da Câmara no sentido de capturar os animais através da criação de uma armadilha revelaram-se infrutíferos. Retirou-se a armadilha, os animais voltaram lá e acabaram com as restantes ovelhas e resolvi o problema desistindo de uma vez por todas de criar animais naquela zona específica, a Ribeira Seca, que fica entre S. Sebastião e a Fonte do Bastardo.

Não fui o único alvo de ataques. Os animais mais atacados são os vitelos por serem mais pequenos e mais frágeis. Assumo a posição de que os animais têm direitos mas esses direitos não se podem sobrepor aos interesses das pessoas, prejudicando as suas atividades económicas.

Procurei informar-me um pouco mais junto da Câmara relativamente ao que está a ser feito e parece-me que as coisas estão no bom caminho. Foram-me facultados alguns números que mostram uma diminuição de entradas de cães e gatos. Passou-se de um total de 2 158 animais em 2014 para 1 036. O número de eutanásias em 2013 era de 750 contra 150 animais adotados, enquanto em 2016 se verificou exatamente o oposto com 179 animais eutanasiados e 759 adoções.

É necessário continuar a fazer um esforço muito grande no sentido da redução dos animais abandonados através da sensibilização nas escolas e como professor também dei o meu contributo. Recorri à Câmara no sentido de saber como sensibilizar os pais para a adoção, levou-se um técnico veterinário para falar deste problema e confesso que não fazia ideia da quantidade de animais capturados todos os anos. É necessário continuar esse caminho, não desistir e, acima de tudo, continuar com as campanhas de proximidade mais centradas nas escolas que me parecem obter resultados mais imediatos.

Peço ao senhor presidente que não coloque as câmaras junto ao canil porque a última coisa que queremos são os animais abandonados nas canadas, nos matos ou no Monte Brasil como vimos durante muitos anos, gatinhos a comer junto dos piqueniques. Como todos sabemos, tudo isto leva à transmissão de doenças e a outros problemas.

**Sr. presidente da Câmara:** – Esta é uma matéria de grande importância. Esta semana recebi cá uma pessoa de uma freguesia da zona oeste que teve prejuízos de muitos milhares de euros nos últimos meses por causa de um ataque de cães às suas cabras. Este é um assunto muito complicado e difícil, particularmente para as juntas de freguesia das zonas de maior concentração de gado e que merece também especial preocupação por parte da Câmara.

É verdade que alguns destes ataques são provocados por animais bem tratados. Eu também tenho cães e nenhum de nós está livre que um animal lhe fuja e tenha um comportamento destes. Além dos cães bem tratados que fogem de vez em quando, temos também cães que estão mal tratados e abandonados apesar de, nominalmente, pertencerem a alguém. Vivem no exterior sem qualquer tipo de contenção e fazem longas viagens à noite em determinadas épocas do ano. No caso que acabei de referir decorrido na costa oeste, um dos cães foi identificado e fizera cerca de 12 quilómetros medidos pela polícia para provocar gravíssimos danos a um agricultor.

Temos que melhorar a questão do registo dos animais e aqui os senhores presidentes de junta de freguesia têm um papel fundamental. Há pouco foi aqui mencionado o número de animais

sem chip ou com ele ilegível, há também um conjunto de problemas relacionados com o registo dos animais que precisa da contribuição de todos para que se possa responsabilizar o proprietário quando acontecem incidentes como estes. A responsabilidade civil é grande porque estamos a falar nalguns casos de dezenas de milhares de euros de prejuízos. Manifesto também a preocupação da Câmara a respeito desta situação, dizendo que, de facto, precisamos de fazer um melhor trabalho de sensibilização dos proprietários em relação ao não abandono e aos cuidados a ter com os animais, particularmente os de porte assinalável que podem ser um grave risco para pessoas e bens.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social, senhora munícipe.

Antes de mais, deixo a minha pergunta da praxe ao senhor presidente a respeito do troço entre a escola Tomás de Borba e a mercearia de S. Carlos. É um problema recorrente, falo nisto pelo menos há oito anos e continua sem solução à vista. Na última sessão da Assembleia o senhor referiu que houvera um acidente com alguma gravidade, felizmente sem danos físicos, e espero sinceramente que um dia não choremos aqui sobre o leite derramado.

**Sr. presidente da Câmara:** – Tem toda a razão.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – O senhor presidente e eu passamos ali todos os dias e reconhecemos os graves problemas de segurança para quem ali circula, principalmente as crianças da escola, e não se vê fim à vista para esta situação. Gostaria que nos fizesse um ponto da situação para sabermos o que a Câmara está a fazer junto do Governo Regional que é o responsável para que isto se resolva de uma vez por todas.

Agora, a título de curiosidade, há uma situação que nos preocupa, apesar de se tratar de um índice realizado por uma associação cívica de transparência e integridade que mede o grau de transparência da informação disponibilizada na internet. Consultei esse indicador onde se verifica que a Câmara Municipal de Angra em 2015 ocupava o 44º lugar e em 2016 passou para a posição 112 no que respeita a transparência da informação. Gostaria de saber se o senhor presidente está a par da situação e se nos pode facultar mais informação a respeito desta descida tão abrupta no ranking da transparência municipal.

Não pretendo questionar a obra do Centro Interpretativo por se tratar de uma opção política e estar decidido que a obra vai avançar. Na nossa opinião a Câmara deveria usar esse dinheiro para tornar a cidade habitável para os seus moradores porque não faz sentido que tenhamos o jardim bonito e a casa a cair e muitos angrenses não possuem verbas ou condições para recuperarem as suas casas que estão a ruir devido às térmitas. Havendo um centro interpretativo muito bonito que explica a história de uma cidade com as casas a cair, é começar de trás para a frente.

Saúdo os valores que o senhor presidente da Câmara nos apresentou relativamente ao emprego porque estas preocupações são de todos, mas gostaria de saber se este aumento de 250 empregos por mês em 2016 se refere a emprego efetivo ou temporário porque a informação que temos é que se deve a emprego temporário dos programas «Recuperar», «CTTS» e outros programas ocupacionais criados pelo Governo Regional que não resolvem o problema do emprego e apenas camuflam as estatísticas.

Ninguém questiona a importância da obra das calçadas porque a última intervenção decorreu por volta de 1995/96 ainda no tempo da governação PSD, mas questiona-se a forma como as coisas estão a ser feitas. Não se trata apenas de uma opinião do PSD ou do meu colega Francisco porque veio cá uma munícipe transmitir as opiniões de outras pessoas que também consideram que as coisas não foram feitas da forma mais correta. Criou-se um transtorno aos municípios e só lhe ficaria bem assumir com humildade que as coisas não foram conduzidas da melhor forma, senhor presidente.

**Sr. d. m. António Alves:** – Bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, caros colegas, comunicação social e público. Esta minha intervenção vem na sequência da situação da infiltração na casa do município de S. Pedro. Como acompanhei aquele trabalho, depois de várias pesquisas e remodelações das redes de saneamento, verificámos que todos os moradores que realizaram obras naquela zona tiveram a preocupação de respeitar aquele aqueduto na altura das escavações, ao contrário daquele município que escavou para além dele, criando uma barragem que acaba por originar infiltrações. Outros moradores a montante respeitaram a passagem da água e aquele senhor não o fez.

**Sr. d. m. Rogério Sousa:** – Bom dia senhor presidente da Mesa e restantes membros, senhor presidente da Câmara e restante executivo, caros colegas deputados. A questão do trânsito naquela variante em S. Carlos levantada pela senhora deputada Rita Andrade é, de facto preocupante. Tem-se falado publicamente a respeito daquele troço e é lamentável que ainda nada tenha sido feito para resolver a situação.

São de lamentar também as considerações a respeito do Centro Interpretativo que considero importantíssimo porque o turismo está sequioso de informação e precisamos urgentemente de interpretar a nossa cidade através da produção de conteúdos multimédia, áudio, vídeo, texto, etc. Não temos o centro interpretativo que a cidade merece pela sua história e pela necessidade de integração de todos os trabalhos e serviços criados pela Câmara como as placas de identificação e outros marcos importantíssimos da nossa cidade.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – De vários temas, escolho dois e aproveito para dizer à nossa município que ainda não responderam à questão dos *e-mails*. Isto é coisa de gato escondido com o rabo de fora, deve haver algum problema com o «My Angra» porque os *e-mails* não estão a ser respondidos e deixo novamente aqui o repto para ver se alguém responde.

Senhor presidente, reitero que as obras da Guarita foram feitas de forma intempestiva sem que as pessoas fossem informadas e obrigando a que os comerciantes tivessem que criar eles próprios toda a logística de sinalização para os seus clientes. O senhor é que está a embrulhar as reclamações das pessoas que estão a ser prejudicadas à conta desta obra. O senhor não ironize porque a obra não tem que ser feita durante a noite mas poderia ter esperado por uma altura de menor circulação em que não houvesse aulas...

**Sr. presidente da Câmara:** – Que houvesse Sanjoaninas, por exemplo.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – O senhor está preocupadíssimo com as eleições à porta e esteve-se borrifando para os angrenses; o que o senhor quis foi resolver o seu problema, avançou com a obra de um momento para o outro e vai embrulhar à conta disso, para usar as suas próprias palavras.

**Sr. presidente da Câmara:** – Como tenho pouco tempo, não vou comentar esta última parte, dizendo apenas que o povo é soberano e o senhor verá quem embrulhou. Quanto às restantes questões, faço minhas as palavras da senhora deputada Rita Andrade porque, de facto, é uma irritação o que está a acontecer em S. Carlos. A obra foi apresentada em julho do ano passado, estamos quase em julho outra vez e ainda não arrancou. Manifesto também o meu descontentamento e solidarizo-me consigo porque a senhora tem toda a razão. O assunto não está manifestamente a correr bem, terá da minha parte toda a solidariedade porque se trata de um problema complicado, desagradável e desnecessário que já deveria estar resolvido. Se calhar, o Governo achou que seria intempestivo fazer a obra antes de outubro.

A respeito da transparência da informação da Câmara na internet, nenhum elemento foi retirado, a nossa página é a mesma e o que constava no ano anterior, mantém-se este ano. Os critérios mudaram, a nossa página que foi feita há três anos, está a ficar obsoleta e a precisar de ser redesenhada.

Não quero deixar para trás a questão dos *e-mails*, senhor deputado. Esta casa, e eu em particular, responde a todos os *e-mails*, a todas as chamadas telefónicas e a todas as pessoas que querem falar comigo na Câmara ou na rua, ou onde quer que seja. Nunca nada ficou por responder a não ser quando recebo mil *e-mails* sobre uma campanha anti taurina ou coisa parecida; a esses, obviamente não respondo. Respondo a todos os *e-mails* e desde já convido a senhora munícipe para vir falar comigo no dia que quiser ou, se preferir, pode enviar os *e-mails* para o meu endereço pessoal. Até posso dar-lhe o meu número de telemóvel como o fiz a mais de mil pessoas e podemos falar sempre que seja preciso. Se algo não foi respondido é porque não chegou à minha pessoa.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Imagino que a explicação dada pelo senhor presidente em relação à situação que mencionei é uma teoria porque, se estivesse comprovada, o senhor teria já dado uma resposta à Inspeção Regional do Ambiente. Temos infiltrações de águas residuais não tratadas perigosas para a saúde pública, uma situação que o senhor deve solucionar.

Isto de soterrar património histórico é uma prática que se tem vindo a institucionalizar numa cidade património mundial, além de dizer muito de quem está à frente do município em termos de valorização do seu património como foi o exemplo das Portas do Mar que acabaram soterradas. A Câmara tem responsabilidade porque aprovou um projeto e permitiu que uma conduta fosse devassada.

A teoria que o senhor presidente da Câmara nos trouxe prova que a Câmara não valoriza o seu património histórico e tem a responsabilidade na resolução desta situação. A sua teoria de que aquele canal pode recolher águas pluviais não é verdadeira porque na primeira reclamação é dito que estas infiltrações não estariam associadas a dias de maior pluviosidade e não são pontuais; têm-se agravado nos últimos tempos, são frequentes e cada vez mais constantes. O município e os Serviços Municipalizados têm a responsabilidade de resolver este problema ambiental e de saúde pública.

## **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 – DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de janeiro a 15 de abril de 2017, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Do ponto de vista da execução, o ano 2017 está a decorrer com toda a normalidade. Estão a terminar as intervenções iniciadas no ano passado, a execução financeira está a correr bem do ponto de vista das receitas e das despesas e o primeiro trimestre do ano decorreu normalmente. O município tem mantido a sua atividade na área cultural e temos vindo a fazer um esforço no sentido de uma maior visibilidade nacional e internacional com a obtenção de alguns resultados como tem sido notícia nos últimos tempos.

Há aqui algumas questões que, nos últimos meses, têm vindo a provocar alguma perturbação no funcionamento de algumas juntas de freguesia e outras instituições que receberam pessoal dos programas ocupacionais da Câmara porque muitos deles estão a terminar. Há relativamente pouco tempo houve aqui uma reunião com os senhores presidentes de junta em que esta matéria foi debatida e nos preocupa a todos.

No que diz respeito à Câmara, a preocupação não é muita porque não temos ninguém dos programas ocupacionais em tarefas permanentes e essenciais da autarquia. O termo de alguns desses contratos acarreta algumas dificuldades acrescidas às juntas de freguesia. Foi decidido,

em consonância com os senhores presidentes de junta e os dirigentes das IPSS's, que empregaram trabalhadores dos programas operacionais, que tudo faremos para manter todos os que sejam elegíveis para continuarem nos programas. A Câmara concorreu e viu aprovada uma candidatura ao programa PROSA que permite substituir algumas dessas pessoas e essas vagas serão disponibilizadas novamente às juntas de freguesia para que possam manter o seu efetivo e dar resposta a algumas situações sociais complicadas de quem não têm nenhuma forma de rendimento.

As questões mais relevantes deste trimestre tiveram a ver com esta transição nos programas ocupacionais que causou algumas dificuldades às juntas, à Câmara e às IPSS que espero venham a ser devidamente resolvidas. Que fique bem claro que todas as pessoas elegíveis que se encontrem em programas ocupacionais, continuarão nesses programas se for essa a vontade das instituições. Está aprovada a respetiva candidatura do programa PROSA e as vagas estarão disponíveis a breve trecho para as juntas de freguesia dentro do que foi acordado com os senhores presidentes de junta.

Com a permissão do senhor presidente da Mesa, volto à questão do emprego para responder à senhora deputada Rita Andrade visto que há pouco não o fiz por falta de tempo. Os números que aponte são a variação das ofertas de emprego e não programas ocupacionais em que o saldo seria negativo pelas razões que acabei de apontar, porque nestes últimos meses há uma redução muito significativa nesses programas. Os números que aqui estão são a variação absoluta de ofertas de emprego em relação ao mês homólogo do ano anterior.

**Sra. d. m. Isabel Berbereia:** – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo, senhoras e senhores deputados. Devido à minha atividade profissional, gostaria de dar algum contributo no que respeita aos programas ocupacionais e do emprego. É evidente e comprovado pelos números de acordo com o que é publicitado e comunicado todos os meses ao IFP que o emprego efetivo tem crescido muito no último ano e também no primeiro trimestre de 2017. Tem havido uma redução evidente de pessoas em programas ocupacionais, sobretudo este decréscimo acentuado em 2016 e no início deste ano.

Para satisfazer algumas ofertas de emprego, as agências de emprego têm tido a necessidade de recorrer a pessoas em programas ocupacionais; estão aqui muitos presentes que têm pessoas ocupadas nas suas entidades e sabem disso. Temos contratado alguns trabalhadores com especificidades e competências para satisfazerem determinadas ofertas.

Tem havido uma saída de trabalhadores de programas ocupacionais que estão a ser colocados em postos de trabalho que não passam pelas agências de emprego mas que comunicam pela procura ativa de emprego. Pela sua dinâmica e dimensão, o concelho de Angra é aquele que possui mais ofertas de emprego apresentado e concretizado em termos de colocações em trabalho efetivo.

O PROSA é um programa de transição porque os trabalhadores mais qualificados vão sendo absorvidos pelo mercado normal de trabalho. Num número muito mais reduzido do que foi o impacto do programa «Recuperar» há três anos, o PROSA vai responder àqueles trabalhadores com menos competências e precisam do apoio das instituições para darem este salto para o mercado de trabalho. Por dados que são públicos, é evidente e indiscutível o crescimento concreto de postos de trabalho no concelho de Angra e também a nível da região.

**Sra. d. m. Michele Aguiar:** – Senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados, bom dia. Gosto de dar sempre uma achega aos problemas do nosso concelho e hoje gostaria de questionar em relação à pavimentação de algumas vias em duas freguesias onde passo mais regularmente. O pavimento da rua Pedro Francisco no Porto Judeu encontra-se bastante deteriorado e na rua Direita em S. Sebastião existe uma vala que dificulta a circulação naquela via.



Apesar de ser uma estrada regional, a rua da Boavista junto à bomba de gasolina também em S. Sebastião está em péssimo estado, não a podemos ignorar e a Câmara deveria chamar a atenção do Governo Regional.

**Sr. presidente da Câmara:** – Está a decorrer a contratação para a pavimentação das duas ruas que referiu. Serão assim pavimentadas duas ruas em S. Sebastião, uma no Porto Judeu, uma em S. Bartolomeu e uma outra entre S. Pedro e a Terra Chã. A Câmara Municipal chamou a atenção das Obras Públicas para a intervenção no troço que a senhora deputada referiu e num troço da Circular que se encontra com grandes deformações no pavimento entre o hipermercado e a zona de S. Rafael. Encontra-se adjudicada uma obra na Canada do Porto nas Cinco ribeiras que as Obras Públicas tencionam iniciar em breve e existe outra obra que tem a ver com aquele troço por cima da Vinha Brava que se encontra num estado miserável e precisa de uma intervenção urgente.

Não é segredo nenhum que a situação da rede viária no concelho continua a precisar de muitas intervenções. Nestes últimos anos foram intervencionados cerca de 60 quilómetros de via, o que é muito comparado com a média dos dois ou três quilómetros que se vinham fazendo anteriormente. Eliminou-se um problema histórico das sobras e pontinhas que havia por aí, algumas há mais de dez anos.

Temos muitas vias intervencionadas em praticamente todas as freguesias. Começando de lá para cá, temos no Raminho, no Poço da Areia nos Altares onde está a ser arranjado um muro e a estrada está toda partida, etc. Não vale a pena mencionar todo o concelho porque há necessidades em todas as freguesias. Esta é uma das questões mais importantes do ponto de vista do investimento público nesta altura particularmente difícil para as autarquias que têm que fazer todo o investimento em rede viária com financiamento próprio.

Chamo a atenção para o Diário Insular desta manhã que contém declarações do meu colega da Praia da Vitória, o presidente da Associação de Municípios. Há vários concelhos que não fazem uma única reabilitação há vários anos por razões financeiras e a situação começa a ficar muito difícil em muitos lugares. A nossa situação em Angra não é assim tão má porque, felizmente, vamos tendo os meios financeiros para manter este esforço do programa de repavimentações ao ritmo que as finanças permitem. A nossa situação financeira antevê que não teremos dificuldades excessivas do ponto de vista dos pavimentos. Contudo, é um assunto de grande gravidade a nível municipal, de tal maneira que nalguns casos já se começam a propor medidas de carácter extraordinário de empréstimos.

Como devemos falar das coisas com clareza, além dos pavimentos degradados, temos um problema existente em praticamente toda a rede viária municipal e regional, que tem a ver com a pintura da sinalização horizontal. Não temos uma única via que esteja devidamente pintada. Há problemas de natureza específica da nossa economia que têm a ver com a acidez dos dejetos das vacas e com o facto de as tintas usadas serem solúveis em ácido, o que faz com que praticamente desapareçam ao fim de um ano. Diria que meio milhão de euros não serão suficientes para pintar as vias no concelho de Angra.

Fizemos o maior investimento em rede viária da última década no concelho. Nalguns casos resolveram-se problemas históricos dos quais se falava há vinte anos, só que esta luta de manutenção das estradas é uma coisa diária; cada vez que chove e os Serviços Municipalizados abrem um buraco, lá estamos nós a degradar os pavimentos e a voltar à casa de partida e as coisas nunca ficam resolvidas. Temos muito a fazer em termos de caminhos e é o que fazemos ano após ano.

**Sr. d. m. Péricles Ortins:** – Bom dia senhor presidente de senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, deputados municipais. Vou falar do relacionamento do nosso concelho com o mar em quatro pontos.

Em primeiro lugar quero congratular-me pessoalmente e em nome do grupo municipal do PSD com o início das obras na orla costeira do Fanal e toda a envolvente que trarão uma mais-valia para toda aquela zona que se encontra degradada há algum tempo e será assim melhor aproveitada.

Como segundo ponto, pergunto se existe alguma preocupação em melhorar aquela zona de chegada do Porto das Pipas para quem possui iates de maior porte ou pequenos cruzeiros que já aportam ali na ligação à Calheta, pequenas cargas ou passageiros.

O ponto três da minha intervenção está relacionado com o estado das zonas balneares do concelho. Dou como exemplo as Cinco Ribeiras que gosto de frequentar e gostaria de saber se estão previstas intervenções numa das canadas de acesso, na sinalização e ao nível da limpeza balnear numa zona que deve ser muito bem cuidada porque se apresenta como uma excelente sala de estar junto ao mar.

Penso que a Prainha está a ser bem tratada embora apresente alguns problemas na zona dos duches e trago aqui mais três questões relacionadas com a Silveira, uma delas a respeito daqueles duches exteriores que são constantemente vandalizados, em que a solução poderia passar pela instalação de duches anti vandalismo ou uns semelhantes aos que estão a ser utilizados no interior.

Os balneários foram melhorados como referi na última sessão da Assembleia mas pergunto se será possível continuar o trabalho naquele piso; resultou o ano passado na faixa que foi executada mas gostaria de saber se haverá alguma intervenção no resto do piso que apresenta alguma degradação.

Por último, e sabendo que já foram colocadas algumas placas interessantes, de estilo mais antigo, na Silveira e na Circular, gostaria de saber se estão previstos melhoramentos ao nível da sinalização nas restantes zonas balneares do concelho.

**Sr. presidente da Câmara:** – O relacionamento da cidade com o mar é uma das áreas em que temos vindo a investir bastante nestes últimos anos com a obtenção de alguns resultados, particularmente a colaboração com o «Angra Iate Club» que se tem revelado extremamente frutífera. Angra passou a estar no mapa das atividades marítimas e, de acordo com a informação que tenho, se não estamos em primeiro lugar, estamos em segundo nas cidades açorianas no que respeita à atividade marítima. Ultrapassámos Ponta Delgada e há quem diga que sim e que não na relação com a Horta; o Guido Teles afirma que sim, é partidário do primeiro lugar. Estamos em primeiro lugar no número de atletas federados e isso é um dado incontroverso. Tudo isto para dizer que a relação da cidade e do concelho com o mar melhorou imenso nos últimos anos e esperemos que continue a melhorar.

Quanto às zonas balneares, começando pelas Cinco Ribeiras, a intervenção decorrerá na Canada do Porto, envolve o corte do trânsito para a colocação de uma nova rede de águas e a repavimentação integral da via e está adjudicada em tudo igual à que está a decorrer na entrada para a Serretinha. É a mesma obra com dois troços, um está na fase final de execução, o outro iniciar-se-á nas próximas semanas. Apesar de algumas dificuldades, o lugar tem o acesso pelo outro lado e lá se chegará.

A sinalização não tem apenas a ver com as zonas balneares. Há muitos problemas de sinalização no concelho que precisam de ser resolvidos, particularmente nas zonas urbanas mais densas, e essas placas que viu surgir resultam de um trabalho colaborativo com as Obras Públicas. Vão ser recolocadas nas próximas semanas aqui na cidade aquelas placas em inox que se liam muito mal, foram retiradas para serem refeitas e a empresa responsável por esse trabalho está a terminar o trabalho para as recolocar.

Temos um problema recorrente de vandalismo com os duches na Prainha, no Cais da Figueirinha e na Silveira que ficam completamente destruídos ao fim de um par de semanas.

Têm que ser colocados no exterior para que possam ser usados quando as pessoas lá quiserem ir. Andamos à procura de um modelo mais resistente porque pensámos que tínhamos colocado ali coisas à prova de vândalos mas afinal temos muitos e bastante eficientes nesta terra. Queremos reforçar os duches e se alguém tiver conhecimento de um modelo ainda mais resistente, agradecemos que nos diga.

**Sr. d. m. Péricles Ortins:** – Os que estão a ser utilizados no balneário interior podem ser uma solução.

**Sr. presidente da Câmara:** – São menos robustos do que os que estão cá fora e o que estão a roubar é o tubo e a cabeça. Com o vandalismo que existe nesta terra é muito difícil resolver o assunto.

Quanto ao piso, a obra este ano está a terminar, faltando apenas colocar ali os retentores de viaturas. É um assunto para continuar nos próximos anos porque existem algumas zonas ocas e estamos à procura de uma solução técnica mais adequada porque o cais precisa de um piso totalmente diferente. Quando se coloca cimento em cima de cimento, há zonas que não aderem bem e o trabalho não fica tão bom. Não há qualquer preocupação quanto às restantes zonas balneares e contamos tê-las prontas na data de abertura.

O projeto do Porto das Pipas encontra-se finalmente pronto e aprovado depois um complexo debate e esperamos poder finalmente partir para a construção. Se os senhores deputados o quiserem consultar, fica aqui nas mãos do senhor presidente da Mesa. É uma obra que me deixa tão frustrado a mim como o Caminho de S. Carlos deixa frustrada a senhora deputada Rita Andrade. Só não faço uma intervenção igual à dela em todas as assembleias porque seria um bocadinho inútil. A frustração é a mesma e queremos a todo o custo que a obra se faça.

É preciso esclarecer que ninguém trocou 65 milhões por 250 mil euros. A obra que ali está tem um custo estimado entre os 17 e os 20 milhões de euros e permite que os navios de cruzeiro de média dimensão escalem o nosso porto sem um impacto excessivo sobre a baía e os problemas de destruição da paisagem que são o nosso melhor valor. Permite a operação sem restrição para navios até 150 metros e continuo a pensar que os grandes navios de cruzeiros não são a melhor solução. A obra melhora a situação de abrigo no interior da marina, o que permite aumentar o número de *fingers* e dar resposta a alguma procura que existe para outras soluções. Está ali uma montagem fotográfica com e sem o cais para que a possam analisar e dar a vossa opinião.

**Sra. d. m. Elsa Costa:** – Visto que o senhor presidente da Câmara veio munido de tantas listas, não tem uma lista de todos os problemas que existem naquele espaço noturno projetado para umas docas pelo senhor Sérgio Ávila?

**Sr. presidente da Câmara:** – Essa lista é tão grande que não cabe no prédio da Câmara.

**Sra. d. m. Elsa Costa:** – O facto de o senhor presidente dizer que devíamos fechar e que aquilo é um problema, não resolve nada. O Porto das Pipas é uma porta de entrada dos iates pelo mar, tem à frente um hotel e ao lado uma pousada que se encontra praticamente lotada. É um espaço complicado de vida noturna para quem o frequenta e, segundo parece, a polícia só intervém em situações pontuais. Se calhar, está na hora de começarmos a pensar numa polícia municipal que atue também no carnaval e na rua de S. João onde as pessoas ficam até ao amanhecer.

**Sr. presidente da Câmara:** – Portaram-se muito bem na rua de S. João.

**Sra. d. m. Elsa Costa:** – O problema não é a rua de S. João que tem muita gente. O Porto das Pipas é um problema e também há problemas nas Sanjoaninas. A polícia municipal seria uma excelente ideia que deixaria os pais e os cidadãos muito mais tranquilos.

**Sr. presidente da Câmara:** – A senhora deputada tem toda a razão. Sou favorável à criação de uma polícia municipal em Angra, já o afirmei aqui em sessões anteriores da Assembleia e volto a fazê-lo.

Os problemas do Porto das Pipas são muitos e variados e têm causado grandes dissabores a quem tem hotelaria em redor, algo difícil de resolver. Como os senhores sabem e consta do nosso orçamento, a Câmara está a pagar o policiamento daquele espaço o que permite pelo menos manter alguma ordem e garantir que os estabelecimentos fechem na hora certa. A polícia vai lá praticamente fechar diariamente mas há um problema complicado com quem sai dali e vai fazer barulho para outros sítios. Esta Assembleia já aprovou um regulamento de horários que contempla essas situações, está a ser rigorosamente cumprido e trouxe grandes melhorias em relação ao que se passava antes, mas a situação não é perfeita ali nem na «Twins» que tem protagonizado um conjunto de incidentes desagradáveis nestes últimos tempos que muito me preocupam.

Temos um problema com alguns espaços de vida noturna que é necessária nesta cidade. Precisamos de espaços com qualidade que possam acolher as pessoas mas infelizmente tardam em aparecer e o que temos nesta altura é manifestamente desadequado. Faço minhas as suas palavras e mais do que isto não posso. Já me ofereci para ir lá às 4 horas da manhã, não me agrada muito levantar-me a essa hora mas já teve que ser.

Creio que só o surgimento de novos investimentos e uma tipologia diferente de estabelecimentos nos permitirá ultrapassar esta questão. Espero que este investimento e crescimento que está a acontecer na área do turismo traga também consigo uma melhoria dos espaços noturnos e haja quem neles queira investir com qualidade para poder prestar um bom serviço, algo que está a faltar neste momento.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Fico muito satisfeito por voltarmos ao assunto das zonas balneares e que o senhor presidente da Câmara informe que está confortável em termos financeiros para proceder às intervenções necessárias. Na sequência de outras sessões da Assembleia, gostaria de lhe perguntar se pensa pôr em prática na época balnear deste ano a sugestão do senhor coronel Vasco Capaz sobre o cais do Negro ou se a questão ficará adiada para o próximo presidente da Câmara resolver.

**Sr. presidente da Câmara:** – Quanto ao próximo presidente da Câmara, é uma decisão que cabe soberanamente ao povo e a minha opinião sobre essa matéria é conhecida. A sugestão do senhor coronel Capaz está a ser executada, esperamos testá-la no arranque da época balnear e vamos ver se teremos lá a escadinha a funcionar como deve ser.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Senhor presidente da Câmara, foram públicas as notícias de que o turismo tinha estagnado na Terceira. Devemos estar satisfeitos com o aumento do último ano mas atentos a esta estagnação. A questão do produto que devemos vender que referi na última sessão da Assembleia é tão essencial que o senhor presidente da Câmara encomendou um estudo sobre o tema a uma empresa *online*. Ao fim de quatro anos a Câmara deveria saber o que está a vender, visto que considerou o turismo como uma das suas prioridades.

O Diário Insular de hoje noticiou «13 mil nos Açores, zero na Terceira», referindo-se ao turismo de cruzeiro, aquele que o senhor menospreza ao dizer que não trocou um cais de 65 milhões de euros por uma rampa Ro-Ro de 250 mil euros que, ao fim de quatro anos, ainda não está construída.

**Sr. presidente da Câmara:** – Talvez o senhor se tenha ausentado da sala ou ido à casa de banho quando há pouco falei do projeto mas poderá depois informar-se junto da Mesa sobre essa questão. O turismo na Terceira tem vindo a crescer muito e não são apenas as estatísticas a dizê-lo; é o nosso testemunho pessoal porque conseguimos ver as coisas. Felizmente já chegou a altura em que o crescimento na hotelaria tradicional, o dado que foi publicado, é zero; sabe porquê? Porque o hotel está cheio. Nunca pensou nisto? Enquanto não houver um hotel novo, o crescimento homólogo será zero em maio, em junho ou em julho porque já estava cheio o ano passado. Neste momento o crescimento acontece apenas na hotelaria não tradicional pelo facto de a capacidade hoteleira do concelho se encontrar esgotada em vários meses.

No que respeita à hotelaria dita tradicional, que era a que constava daquela estatística, existe deste lado da Câmara uma obra na fase final de construção que permitirá aumentar a oferta em cerca de 40 camas e junto aos bombeiros está em curso uma outra que levará a um aumento de mais de uma centena de camas. O hotel da Serretinha foi vendido, a obra para a reabertura encontra-se aprovada e espero que a comecem a executar rapidamente.

Neste último ano passou das quatro dezenas o número de estabelecimentos de hotelaria não tradicional que abriram e neste momento estão em curso cerca de vinte investimentos dessa natureza na zona urbana de Angra. Tem sido inaugurado um estabelecimento todas as semanas e às vezes dois, o que denota um grande crescimento.

Infelizmente, acho que as estatísticas do turismo fariam muito mais sentido se referissem o total e não apenas a hotelaria tradicional. Isso tem a ver com a forma como a estatística foi criada há umas décadas; não querem alterar isto para não se criar uma descontinuidade na série estatística para se poder comparar com anos anteriores mas a verdade é que, ao ser feita desta maneira, a estatística presta um mau serviço a quem quiser saber o que se passa. Agora bateu contra o teto e dificilmente daqui sairá.

O desafio não compete à Câmara mas há que repensar as estatísticas porque precisamos de valores mais expressivos. A hotelaria dita não tradicional era residual e pouco interessava há uma década quando começou a estatística e hoje ombreia a oferta com a hotelaria tradicional, podendo mesmo ultrapassá-la em capacidade instalada; não possuo esses dados mas refiro-o olhando apenas para o número de licenças que foram passadas. Temos uma enorme quantidade de camas na hotelaria não tradicional e nada disso é contabilizado nestes números que estamos a discutir.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Senhor presidente, de registar que a Câmara Municipal é um exemplo face ao que acontece nas estradas regionais do concelho. No centro de Angra e nas vias onde a Câmara tem responsabilidades na iluminação pública houve um cuidado ao acender e apagar as luzes um pouco mais cedo e um pouco mais tarde, ao contrário do Governo Regional que continua a acender e a apagar as luzes na escuridão.

Como não ouço falar de animais há cerca de uma hora e estava entusiasmadíssimo com a discussão, gostaria de saber se se confirma a intenção da construção de um cemitério de animais para os lados de S. Sebastião.

Sugiro ao senhor presidente da Câmara que nos dê mais algumas explicações relativas a possíveis benefícios das duas visitas ao concelho de Angra do Heroísmo que estão registadas neste relatório de atividades, a do senhor Secretário da Defesa e do senhor Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

No relatório da atividade municipal lê-se também que a *Startup* há de abrir na segunda quinzena de abril. Como estamos no fim do mês, gostaria de saber se tem alguma data prevista.

Gostaria que nos explicasse também um ajuste direto por três anos feito aos bombeiros voluntários de Angra para atendimento telefónico que nos suscitou algumas dúvidas. Talvez se deva à minha falta de experiência mas custa-me entender por que razão os bombeiros hão de atender telefones da Câmara.

É feita referência a uma requalificação em toda a infraestrutura do parque de campismo da Salga onde há alguns anos se tem vindo a fazer pequenos remendos resultantes de algumas situações de intempéries.

Senhor presidente da Câmara, dado o contributo da Câmara ao nível das candidaturas a programas ocupacionais, pergunto-lhe se algumas destas largas dezenas de trabalhadores

ocupados se encontram a satisfazer necessidades permanentes da autarquia e se poderão ser integrados nos seus quadros.

**Sr. d. m. Francisco Santos** (pres. da Junta de Freguesia de S. Sebastião): – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, senhores deputados municipais. O executivo da junta de freguesia de S. Sebastião equacionou a hipótese da construção de um cemitério para animais numa zona disponível na freguesia mas optámos por não avançar com a ideia, pelo menos para já, devido ao final de mandato e para evitar algum tipo de repercussões.

A Câmara Municipal cedeu-nos a gestão do parque de campismo onde realizámos algumas obras devido aos danos provocados pelo temporal que destruiu praticamente tudo. Construámos churrasqueiras novas, colocámos um sistema de aquecimento nos balneários através de painéis solares, construámos uma zona para as autocaravanas e instalámos um sistema Wi-Fi grátis para os campistas, além de outros arranjos.

**Sr. presidente da Câmara:** – A resposta está dada e agradeço a intervenção do senhor presidente da junta de freguesia de S. Sebastião. Em relação aos telefones e aos bombeiros, trata-se do atendimento noturno das urgências dos Serviços Municipalizados que se faz há muitos anos. Se alguém tiver um problema de falta de água às 3 horas da manhã, liga para o número dos Serviços Municipalizados e a chamada é automaticamente reencaminhada para os bombeiros que entram em contacto com o piquete de serviço, evitando que a Câmara tenha alguém em permanência 24 horas por dia.

Temos tido muitas e variadas visitas a este concelho que tem estado no centro de muita coisa com uma visibilidade muito superior à nossa dimensão. Por este salão passou recentemente o senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros que aqui fez uma interessante conferência, recebemos também a visita do Ministro da Ciência da Índia, da Ministra da Ciência da África do Sul e do Ministro da Ciência e Tecnologia de Portugal entre outras visitas ilustres que temos recebido praticamente todas as semanas.

Em relação às duas visitas que o senhor deputado Pedro Ferreira referiu, o senhor Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia trouxe-nos simplesmente cerca de 8 milhões de euros que é o investimento que está a ser feito no Parque Tecnológico da Terra Chã de que muito se falava aqui na Assembleia e que, agora que está a ser construído, saiu do radar da oposição mas continua lá e muito maior do que aquilo que era. Essa visita e as reuniões que se seguiram têm a ver com a operacionalização e arranque do Parque Tecnológico que se aproxima do fim no que respeita à construção civil e estamos a iniciar os trabalhos no sentido de captar as empresas que para lá vão.

Com a visita do senhor Secretário de Estado da Defesa, a Câmara ganhou ali um espaço onde se vai fazer uns parques de estacionamento, ganhou mais uma casa que vai ser adaptada para outros usos e a possibilidade de fazer a ligação entre as duas baías para que os residentes e os visitantes circulem por um dos sítios mais interessantes do ponto de vista histórico e paisagístico deste arquipélago. Foi uma visita que rendeu muitos milhões à Câmara de Angra.

Todas as visitas são bem-vindas e contribuem para um reforço da nossa centralidade enquanto cidade importante e da nossa influência política que consegue fazer com que as coisas apareçam e funcionem porque não passamos a vida a lamuriar-nos. As coisas acontecem mesmo porque a Câmara de Angra tem uma voz que é ouvida em diversos sítios, os resultados estão à vista e as pessoas vêm cá por causa disso.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – O senhor presidente da Câmara disse-nos que o turismo estava estagnado. De acordo com estatísticas tornadas públicas há cerca de um ou dois meses os hotéis esgotaram a sua capacidade. A estatística referia-se ao trimestre anterior, ou seja, aos meses de

novembro, dezembro e janeiro. O senhor está a dizer-me que tivemos uma taxa de ocupação de 100% nesse trimestre?

**Sr. presidente da Câmara:** – Sim senhor. Natal e Ano Novo com uma ocupação de 100%. Este fim de ano foi excepcional devido àquele *boom* que resultou da abertura dos voos *low cost*. Não é à Câmara que se deve o crescimento do turismo nem do emprego. Com toda a modéstia, demos uma contribuiçãozinha para tal e a melhor maneira de vermos isso é olharmos para as séries estatísticas que são eloquentes. Quem tiver dúvidas pode falar com os diretores dos hotéis ou tentar fazer uma reserva e ficará a conhecer a situação da hotelaria.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Registo e agradeço as suas respostas, senhor presidente. Para dar um contributo a esta discussão sobre o turismo, ontem tentei fazer uma reserva para pessoas amigas para julho no hotel de Angra aqui ao lado que tem um *overbooking* de 80 lugares.

**Sr. presidente da Câmara:** – Espero que não expulsem os clientes à pancada como algumas companhias de aviação.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – O senhor presidente não me respondeu à questão das eventuais necessidades permanentes da Câmara que estejam a ser ocupadas pelos beneficiários destes programas ocupacionais que se encontram a prestar serviços na Câmara e nas juntas de freguesia.

Já que estamos em final de mandato, saúdo o senhor presidente da junta de S. Sebastião e todos os outros pelo trabalho extraordinário que desenvolvem todos os dias nas suas localidades e apelo para que, em futuros mandatos, não tenham custo de o divulgar nesta Assembleia. Independentemente das divergências que possamos ter do ponto de vista político e ideológico, é um trabalho extraordinário e meritório que deve ser salientado.

**Sr. presidente da Câmara:** – Faço meu o apelo do senhor deputado porque os senhores presidentes de junta são, de facto, um elo essencial neste processo, o trabalho com todos eles tem sido excelente e ainda esta manhã dizia a alguém que sou absolutamente daltónico no que respeita a essa matéria.

Não respondi à questão do emprego para não ser maçador. Já o disse e repito que nesta Câmara não temos nenhum trabalhador abrangido pelos programas ocupacionais a preencher qualquer vaga que corresponda a necessidades permanentes; quando isso acontecer, abriremos o respetivo concurso com o vosso consentimento porque são os senhores membros desta assembleia que o autorizam. Temos justamente aqui hoje para autorizar a abertura de concurso no que respeita a necessidades permanentes que surgiram devido à saída de duas pessoas.

*Intervenção impercetível.*

**Sr. presidente da Câmara:** – Não andamos a regularizar coisa nenhuma. Não podem, não devem, nem nós queremos. Até lhe digo que, nos tempos em que estava no Governo, sempre me manifestei contra este tipo de situações de mistura entre o serviço permanente e o quadro de uma instituição com os programas ocupacionais. Nesta Câmara não há nenhuma mistura dessa natureza e as vagas surgem por razões de aposentações, de alterações de serviço ou outras e são colocadas à consideração desta Assembleia. Surgiram três neste mandato porque temos um quadro muito extenso e fizemos um trabalho de integração de 100% do pessoal proveniente da Culturangra que enriqueceu sobremaneira os nossos quadros. Temos felizmente um quadro de pessoal bem dotado, qualquer necessidade é aberta à parte sem nada a ver com programas ocupacionais e a questão dos ocupados não serve de diapasão para o que abre ou não abre.

Creio que a situação é mais ou menos a mesma em relação às juntas de freguesia cujas funções e fundos são os que a lei estabelece e não podem criar quadros excessivos de pessoal sob pena de terem problemas muito graves de funcionamento futuro. Os senhores presidentes de junta sabem disso porque já discutimos essa matéria aqui várias vezes. É importante que fique claro

que ninguém deve vir para a Câmara Municipal ou para as juntas de freguesia através de um programa ocupacional a pensar que vem para arranjar um emprego porque não é esse o objetivo da Câmara, nunca foi nem há de ser.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Como não gosto de deixar cair nada no chão, tomei nota da pequena picardia e brincadeira inofensiva do senhor presidente da Câmara a respeito do Parque Tecnológico e dos radares da oposição. É óbvio que a oposição tem que ter radares e a posição também os deve ter porque temos que identificar os objetos que se aproximam. É meritório ter radares e falar porque é esse o nosso papel e dever enquanto cidadãos eleitos.

O Parque Tecnológico saiu um pouco fora das intervenções políticas porque se está a resolver o assunto e só se falou e bateu o pé enquanto as coisas não se resolviam. Para arrematar a conversa, associo-me ao senhor presidente formulando votos para que a construção dos edifícios não se fique por aí. O nosso maior pesadelo é a possível falta de adesão do investimento que esperamos venha a colher a participação das forças vivas da sociedade. É uma preocupação sua porque está no ativo a executar políticas, mas é também nossa como oposição e vamos tentar ajudá-lo de todas as maneiras possíveis a concretizar esse objetivo que interessa a todos.

**Sr. presidente da Câmara:** – Na glória existe lugar para todos e o senhor é muito bem-vindo. Estamos a fazer os possíveis para que haja empresas para lá colocar, razão pela qual decorreu a reunião já aqui referida, além de muitas outras, e o que lhe posso dizer é que, por agora, as indicações são extraordinariamente positivas. Tinha sérias dúvidas se a abertura do edifício para as *Startup* na rua do Marquês corresponderia a uma procura efetiva mas essa minha preocupação veio a revelar-se infundada porque neste momento estão a funcionar nos baixos do Lusitânia enquanto não chegam os móveis e algo mais que está a faltar. Já estão lá a funcionar dez empresas nascentes e foi feito recentemente um concurso em que o júri aprovou um conjunto muito interessante de iniciativas, o que faz com que a *Startup* já esteja cheia antes de abrimos a porta. O júri foi exigente e teceu elogios às iniciativas, o que significa que há gente nova com vontade de criar empresas com projetos que aparentam ter condições para o sucesso.

**Sr. d. m. José Cipriano Martins:** – Em resposta à intervenção do senhor deputado Pedro Ferreira, falo por mim e parece-me que os meus colegas dirão a mesma coisa. Se os presidentes de junta viessem cá falar do seu trabalho, ficariam aqui o dia inteiro e ocupariam totalmente as reuniões da Assembleia. Temos um espaço para isso que são as reuniões das assembleias de freguesia onde mostramos todo o nosso trabalho, discutimos e planeamos o que fazer no local próprio. Se nunca estive numa assembleia de freguesia, deveria participar pelo menos uma vez.

*Não se registaram mais intervenções. A Informação sobre a atividade municipal constante no Ponto 1.1 foi considerada apreciada.*

**1.2 - Documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo relativos ao exercício de 2016, para aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001 de 18 de Agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados com exceção do número 23 “Subsídios Obtidos” - não aplicável; 24 “Ativos de Rendimento Fixo” - não aplicável; 25 “Ativos de Rendimento Variável” - não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” - não aplicável.**

**Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:**

**- Fluxos financeiros:**



- Saldo total da gerência anterior (2016): 2 573 272,48 € (dois milhões, quinhentos e setenta e três mil, duzentos e setenta e dois euros e quarenta e oito centavos).
- Receitas orçamentais: 17 249 111,20 € (dezassete milhões, duzentos e quarenta e nove mil, cento e onze euros e vinte centavos).
- Despesas orçamentais: 16 746 813,05 € (dezasseis milhões, setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e treze euros e cinco centavos).
- Saldo para a gerência seguinte: 3 075 570,63 € (três milhões, setenta e cinco mil, quinhentos e setenta euros e sessenta e três centavos).

**- Demonstração dos resultados do exercício:**

- Custos e perdas: 15 506 504,65 € (quinze milhões, quinhentos e seis mil, quinhentos e quatro euros e sessenta e cinco centavos).
- Proveitos e ganhos: 17 970 354,91 € (dezassete milhões, novecentos e setenta mil, trezentos e cinquenta e quatro euros e noventa e um centavos).
- Resultado líquido do exercício: 2 463 850,26 € (dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta euros e vinte e seis centavos).

**Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:**

571 - Reservas legais: 124 000,00 € (cento e vinte quatro mil euros).

574 - Reservas livres: 2 339 850,26 € (dois milhões, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta euros e vinte e seis centavos).

**Sr. presidente da Câmara:** – Há um pequeno erro no documento que foi distribuído. O auditor das contas encontrou uma diferença no número que não afeta de forma substancial o documento, mas foi distribuído um outro com a devida correção.

Interessa aqui analisarmos a execução da Câmara e em particular a situação financeira do município. Em 2016 tivemos mais um excelente ano de execução e gestão financeira e estamos a terminar este mandato autárquico com uma redução de cerca de 60% da dívida que era da nossa responsabilidade. Foi excecionada uma dívida, já aqui referida por várias vezes, que tem a ver com a habitação e que não nos compete pagar. Poderíamos pagar mais dívida mas não é necessário fazê-lo nem o devemos fazer porque estamos com taxas de juro que se aproximam de zero em praticamente todos os empréstimos. É aconselhável que nada se faça e que os empréstimos atinjam a sua maturidade porque não nos estão a custar dinheiro.

Ao contrário do que acontece com outras autarquias e já aconteceu também aqui, esta Câmara tem só uma conta o que significa que não há participação em empresas ou outras contas fora que possam de alguma maneira enviesar os resultados totais da atividade municipal. Todas as questões financeiras da autarquia estão espelhadas aqui.

A única empresa municipal em que Angra tem participação é a TERAMB que, mais uma vez, fechou o ano com zero de prejuízos, o que quer dizer que nenhum dos municípios foi chamado a colocar lá dinheiro e temos uma situação perfeitamente equilibrada. Não há que temer em relação ao futuro, apesar de estarem previstos resultados negativos neste e nos próximos dois anos. Teve um resultado de exploração negativo de 310 mil euros que foi integralmente coberto pelos dois municípios através do pagamento de trabalhos de remoção de lixo velho do aterro e ficou com as contas direitinhas, terminando o ano com um modestíssimo lucro e sem prejuízos.

No que respeita às contas da Câmara, temos mais uma vez uma transição de saldo muito razoável na casa dos três milhões de euros o que nos permite arrancar de imediato com a obra do Centro Interpretativo ao mesmo tempo que eliminamos uma das manchas arquitetónicas

mais degradantes da nossa cidade, um passivo que vem desde o sismo de 1980. Angra está melhor conservada do que jamais esteve e não foi a Câmara que o fez; foram os particulares.

O investimento que está a ser feito nesta cidade é enorme; basta percorrer as ruas, reparar na quantidade de obras em curso e a qualidade da conservação dos imóveis para vermos o cuidado que os angrenses têm com os seus prédios. A cidade está bem conservada, o que está a destoar são alguns edifícios públicos e um deles é aquele da responsabilidade da Câmara onde será construído o Centro Interpretativo, razão pela qual arrancaremos com a obra mesmo antes da aprovação dos fundos comunitários, à semelhança do que fizemos em anos anteriores, colocando lá os fundos próprios. Quando a candidatura for aprovada, o dinheiro será recuperado e servirá para outra candidatura. Este dinheiro é o mesmo que já serviu para fazer cerca de 4 milhões de euros de investimento no Porto Judeu quanto foi preciso reconstruir estradas e ribeiras após as cheias. Fomos ressarcidos, o dinheiro voltou, passou por obras em Santa Bárbara, no Posto Santo e também por estradas.

Ao contrário do que se possa pensar, temos estes três milhões de euros no banco mas não são lucro da Câmara porque não somos uma empresa e não geramos lucro. É sempre o mesmo dinheiro que entra e sai, é aplicado nas obras e há de ser recuperado se tudo correr bem. Temos uma Angra bastante mais forte e com melhor futuro, era esse o lema da campanha de há quatro anos e quero aqui recordá-lo...

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Já está em campanha...

**Sr. presidente da Câmara:** – Já estou em campanha, sim senhor.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Podia ter chamado o nosso candidato.

**Sr. presidente da Câmara:** – Tenho pena. Estava tão satisfeito porque tinha o candidato aqui sentado, perdi um almocinho à conta disso e estou muito triste.

Há muitos anos que o nosso concelho não tem uma situação financeira tão boa. Não temos dinheiro e não podemos fazer grandes investimentos mas tivemos uma gestão prudente que permitiu eliminar dívidas e fez com que hoje possamos anunciar à Assembleia que temos à ordem três milhões de euros para usar onde for preciso.

Outro bom anúncio que vos posso transmitir é que reduzimos o prazo de pagamento para a casa dos trinta dias e só não pagamos mais depressa por razões normais de processamento burocrático. Passámos da casa dos seis meses para os trinta dias, a lei obriga a sessenta e estamos a metade do prazo. Só não pagamos no dia em que recebemos a fatura porque é preciso verificar e seguir todos os movimentos contabilísticos. Isto é uma constatação importante numa altura em que a situação financeira de muitas empresas é aquela que bem conhecemos.

Outro aspeto que me parece importante nesta gestão prudente é que não ficaram coisas por fazer. Tenho aqui a lista das obras que vou entregar ao senhor presidente da Mesa e ficará à disposição de quem a queira ver. Fizeram-se centenas de obras salazarentas neste concelho que permitiram que muita gente não estivesse na miséria, muitos mantivessem os seus empregos e muitas famílias não perdessem a sua dignidade. Não é que eu goste de merecer esse adjetivo mas neste caso não é uma crítica; é um elogio que agradeço profundamente.

Ao longo deste ano fizemos os possíveis para uma gestão equilibrada, procurámos não fazer obras apenas nesta ou naquela freguesia e a lista que ali está prova que todas elas foram contempladas com intervenções. Houve investimento desde a fronteira dos Biscoitos à fronteira da Ribeira Seca e igual cuidado com as obras feitas em cada parte do nosso território e os senhores presidente de junta aqui presentes podem comprová-lo. O trabalho está feito, os resultados estão à vista, a execução foi excelente, o nosso concelho está muito mais forte e melhor preparado para o futuro e as contas da Câmara assim o provam.

Uma última palavra para as Sanjoaninas e as suas despesas, algo que costuma preocupar os senhores deputado e com razão. A Câmara de Angra orgulha-se do investimento que faz nas suas festas. Temos gastado com senso e feito umas festas com brilho como vamos fazer este ano e as contas são o que são. Não há nenhuma conta escondida nem uma comissão para apresentar contas ou qualquer contabilidade paralela. Tudo o que se gastou nas Sanjoaninas nos últimos dois anos desde um prego até um minuto de trabalho dos nossos funcionários, está aqui espelhado com o mesmo critério. O cuidado que anteriormente as comissões colocaram nas Sanjoaninas é o mesmo com que a Câmara se empenha agora, a nossa festa continua a ser gerida de forma equilibrada e com mesma seriedade de antes e o centro de custos espelha o que se fez ou investiu em cada coisa.

Mais uma boa notícia: depois de anos de prejuízo, pela primeira vez em 2016 tivemos lucro com o funcionamento dos parquímetros dentro da cidade. Durante todos estes anos os municípios pagaram duas vezes e tiveram prejuízo; agora só pagam uma vez e uma parte do dinheiro pago está a retornar através do investimento público. É bom que fique claro que o contrato foi assinado numa Câmara da qual eu não fazia parte e os senhores tinham a maioria. Foi assinado porque os senhores assim o quiseram, assumam as vossas responsabilidades nesta matéria e não passem a bola para o lado porque, quem manda, manda... Quanto havia 4-3, o 4 estava do vosso lado e ganhava ao 3. Se o contrato existe foi porque a senhora o aprovou com as multas e tudo. O que infelizmente acontece nesta matéria é que as multas não são receita da Câmara; é um arrendamento. Deixámos de fazer a fiscalização e com isso poupámos cerca de 70 mil euros...

#### *Intervenção impercetível.*

Não tive oportunidade de alterar o contrato sob pena de milhões mas tenho muita pena de não o ter feito. Se há alguém neste concelho que não gosta desse contrato, sou eu. Foi a senhora e a sua maioria que o aprovou, assumam as suas responsabilidades e não se ponha a falar daquilo que não sabe; 4 a 3 é 4 a 3, a história assim o diz, está nas atas e não tentemos afirmar o contrário do que é verdade.

Era uma coisa que dava prejuízo ao nosso concelho e não deu em 2016. Criámos um passe social mensal a cinco euros que poucas cidades têm, foi possível financiar os transportes urbanos, alargar a rede e fazer com que o autocarro vá ao hospital, a Santa Luzia, ao Lameirinho e a outros sítios que não ia, gastando muito menos dinheiro da Câmara, algo que nos deve orgulhar a todos em particular os senhores presidentes de junta de freguesia da zona urbana de Angra que muito ajudaram e colaboraram neste processo.

O trabalho está feito e o relatório em cima da mesa, só me falta referir a questão do pessoal do município que se mantém numa situação estável e o número de saídas foi muito reduzido. Nesta altura temos 134 assistentes operacionais o que representa 67% do total do pessoal, 41 assistentes técnicos (18,6%), 33 técnicos superiores (15%), 6 dirigentes intermédios, 4 de informática e 2 veterinários. Tudo isto soma 220 pessoas a trabalharem na Câmara, menos 2 em relação ao que era na prestação de contas do ano passado.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Da mesma forma que o Partido Socialista hoje entende fazer sentido a existência de um corpo de polícia municipal em Angra - uma proposta de há dez anos do professor Félix Rodrigues nesta Assembleia - o CDS-PP tem também a capacidade de reconhecer que o contrato dos parquímetros foi dos piores dos últimos anos na Câmara de Angra; tanto assim é que, nas primeiras sessões da Assembleia deste mandato, indagámos da disponibilidade de o rever por causa das cláusulas más que dele constam. Sem qualquer tipo de exasperação da nossa parte, fica registado que há opções que não são as melhores e reconhecemos que poderemos ter falhado nesse ponto de vista.

**Sr. presidente da Câmara:** – Agradeço a sua humildade e é de louvar a sua atitude. Muito obrigado.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Relativamente às contas da Câmara, há uma questão de coerência que pretendemos manter. O CDS-PP votou contra o orçamento da Câmara relativo a 2016 e justificou-o na altura sem grandes *fait-divers* relativamente a cumprimentos mais ou menos escrupulosos da lei e tinha razão nalgumas argumentações. Se não me falha a memória, dei exemplos de obras que estavam inscritas, das famosas rubricas de cinco euros e das obras que não seriam feitas devido a problemas relativos à abertura das candidaturas aos fundos comunitários. Votámos contra e, coerentemente, voltaremos a fazê-lo relativamente a esta prestação de contas porque, sob o ponto de vista do investimento e pelos números que nos foram disponibilizados, o ano 2016 foi pior ano do ponto de vista da execução do investimento.

**Sr. presidente da Câmara:** – Só tem que acrescentar 542 euros referentes ao erro que referi há pouco.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Apenas 52% do orçamentado para investimento foi concretizado o ano passado. É interessante sabermos que existem três milhões que entram e saem porque há muitas coisas que têm que ser feitas, os fundos comunitários continuam sem abrir e esses três milhões rodam no banco...

**Sr. presidente da Câmara:** – Nunca estão no banco; estão sempre a passar pelas obras e já fizeram quatro.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Mas depois voltam ao banco. Foi o senhor presidente que disse que estão ali três milhões num depósito à ordem a entrar e a sair. Por uma questão de coerência e já que a Câmara possui esses três milhões que são transferidos de saldo de gerência em saldo de gerência, julgo que teria sido pertinente reconhecer a bondade da proposta que aqui foi feita pelo CDS-PP várias vezes de devolver a componente variável do IRS aos municípios.

**Sr. presidente da Câmara:** – Aí poderíamos ficar com um buraco no orçamento e o CDS ficaria mais feliz.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Por uma questão de coerência justificamos também o nosso voto contra nesta prestação de contas.

Relativamente às Sanjoaninas, os números também não são meus, não mexi no gráfico, e apenas tomei nota como pode ver. O que se constata é que as Sanjoaninas que tanto deram que falar no início, chegam ao fim deste mandato com outra notoriedade e são discutidas de forma bastante diferente do que há meia dúzia de anos. Nunca ouviu dizer da nossa parte que o fim das comissões de festa era mais ou menos prejudicial ou que haveria outros interesses, mas é certo que o investimento da Câmara nas Sanjoaninas têm vindo paulatinamente a aumentar desde que acabaram as comissões. O saldo negativo é de quase 700 mil euros e os números são seus.

Também terei feito uma intervenção, muito apreciada pelo senhor presidente na sessão da Assembleia Municipal decorrida em S. Mateus, relativamente a opções que estavam a ser tomadas; foi tão bem feita que o senhor não a quis comentar. Quando concessionamos toda a vertente de espetáculos a uma empresa de fora, que o senhor presidente argumenta sair mais barata mas implica a perda de patrocínios, tem que haver diferenças nas contas.

Apesar de reconhecer que hoje se olha de maneira diferente para as Sanjoaninas que, segundo as suas palavras têm sido bafejadas pelos bons ares que Angra vai vivendo, registo que o investimento da Câmara é crescente e está quase a beirar os 700 mil euros em festas no concelho. Este ano com mais dias de festa, mais touradas e mais de tudo, percebemos porquê e não discutimos essa matéria porque tomaríamos por ventura as mesmas opções se estivéssemos

cá. Este ano estes valores hão de ser diferentes mas isso ficará para os próximos deputados municipais na apreciação do relatório e contas de 2017.

**Sr. presidente da Câmara:** – Foi uma intervenção tão bem feita que não tenho mais nada a dizer.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Gostaria de ver esclarecida uma dúvida relativa ao valor de 17 249 111,20 € que consta da Ordem do Dia nos fluxos financeiros, receitas orçamentais, visto que na página 32 do relatório de contas o valor é de 17 248 034,00 €. Não sei se haverá aqui alguma discrepância ou se eventualmente, eu não soube fazer as contas.

**Sr. presidente da Câmara:** – Nesta matéria a senhora sabe fazê-las melhor do que eu. O auditor enviou uma correção...

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Existe uma diferença que não é assim tão significativa. Relativamente a esta errata, não percebo porque é que o auditor retirou o sinal «menos» no primeiro ponto, passando de 55.37 negativo para positivo. A correção do valor de 55.37 está certa mas não compreendo porque passa a positivo quando houve uma diminuição das despesas sociais de 2015 para 2016. Talvez o auditor possa justificar esta situação.

**Sr. presidente da Câmara:** – Relativamente à primeira questão a nossa contabilidade foi procurar saber o que terá acontecido porque o valor estava igual ao que consta aqui e veio da contabilidade uma correção. De qualquer maneira, as regras ditam que o que vale é o que está na conta.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – A frase diz o seguinte: «*A rubrica respeitante a despesas com segurança social teve uma taxa de crescimento negativa com uma execução de -55.37.*»

**Sr. presidente da Câmara:** – Já percebi. É para evitar a dupla negação porque negativa de menos dava positiva e o senhor auditor quis ser matematicamente correto.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Em relação às receitas de impostos indiretos nos «outros» estão registados 616 215. Gostaria que me esclarecesse porque começamos a registar que as rubricas maiores, tanto da receita como da despesa, estão registadas como «outros»; assim torna-se muito difícil perceber o que está implícito.

**Sr. presidente da Câmara:** – É uma questão de natureza técnica porque este relatório é feito de acordo com um formalismo que tem a ver com o POCAL e este será o último ano que o usamos porque a lei foi alterada. A Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) enviou uma instrução para que este ano ainda fosse usado este formato e a minha expectativa é de que em 2017 sejam evitados estes «outros» que começam a acumular muitas coisas porque o POCAL está a ficar progressivamente antigo e surgiu o pagamento da EDA que explica a quase totalidade dessa verba.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Na página 57, referente aos centros de custos, há uma frase recorrente. Fui ver os relatórios de 2013: «*Informam que não podem analisar a execução pois, quando foram abertos os centros de custos, não se fez o orçamento.*» Gostava de perceber porque é que os centros de custos são abertos sem orçamento.

**Sr. presidente da Câmara:** – Não tem sido feito o orçamento e creio tratar-se de uma boa política não o fazer porque os centros de custo juntam muitas atividades que vão desde questões de natureza operacional até investimentos, subsídios e pagamentos e ganham uma complexidade extraordinária. Dou-lhe como exemplo as pinturas de escolas e as bolsas que vão para os centros de custo da educação. É praticamente impossível fazer uma orçamentação prévia e preferimos continuar a fazê-la por objetivos nas GOP.

A boa execução dos centros de custo tem que ser feita por via das tabelas finais porque o somatório é igual ao somatório de todos os centros de custo. Temos que ter uma particular

atenção na orçamentação dos centros de custo das Sanjoaninas porque tem a ver com o objetivo de uma atividade, embora haja questões variáveis.

Há oscilações nos centros de custo que são induzidas pela heterogeneidade do que lá é colocado. Pretendo estudar melhor o novo sistema contabilístico das autarquias em que, ao que dizem, esse problema vai desaparecer porque permite classificar por objetivo e não pela antiga classificação económica.

Temos tido um particular cuidado na orçamentação dos centros de custo com relevância do ponto de vista da gestão de determinadas atividades como as Sanjoaninas, iluminações de verão, festas, este agregado dos parquímetros e dos *minibus*. Quando chegamos a agregados de meios operacionais de grandes e pequenas obras é virtualmente impossível fazer orçamentação.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – O projeto da escola de Santa Bárbara não tem um centro de custo específico? Como se controla a autorização de despesa, cumprindo os orçamentos aprovados pelo Açores 2020 neste caso?

**Sr. presidente da Câmara:** – É a GOP que faz fé e temos obrigatoriamente que a seguir. O centro de custos é um tipo informal de gestão porque o que vigora, do ponto de vista da prestação de contas, incluindo a execução dos fundos, é a execução orçamental da GOP que está na tabela final. Tudo entra nos centros de custo e há uma mistura da escola de Santa Bárbara com outra freguesia qualquer. São apenas interessantes para vermos a evolução da despesa municipal por objetivos políticos e não contabilísticos que são espelhados nas GOP.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Mais uma pergunta técnica: «*Dívidas de terceiros a médio prazo, 7.9 milhões de euros.*» Que valor é este, senhor presidente?

**Sr. presidente da Câmara:** – Nestes valores há de tudo, desde dívidas do Estado por impostos ainda não transferidos até duas outras áreas com grande volume de dívidas, uma delas relacionada com rendas de habitação social.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Essas não são de curto prazo?

**Sr. presidente da Câmara:** – Já passou algum tempo e isso tem a ver com a inscrição. Outras estão relacionadas com os contratos a longo prazo do Parque Industrial em que a dívida ainda não está vencida mas existe, com a comparticipação do Governo Regional nas habitações e com o IHRU. É uma dívida de longo prazo e vamos receber esse dinheiro. O que nos deve preocupar ronda o milhão de euros relacionado essencialmente com a vertente habitação onde a coisa é pior.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Senhor presidente, a dívida de curto prazo de terceiros, clientes, contribuintes, utentes e de cobrança duvidosa é neste momento de 1.07 milhões de euros e esta dívida foi reconhecida como provisão. Sabemos que há situações complicadas nas rendas de habitação social mas, mais graves, são as situações de incumprimento por parte de estabelecimentos comerciais. Não podemos aceitar uma situação que torna a Câmara Municipal, mesmo que involuntariamente, conivente com uma situação de concorrência desleal em relação a comerciantes e empresários que têm as suas contas em dia.

A Câmara Municipal não pode continuar a permitir que estabelecimentos comerciais, sejam de que natureza forem, continuem a desenvolver a sua atividade com rendas e outras dívidas em atraso. Ao analisar o mapa auxiliar para a declaração de recebimentos em atraso verifica-se que há situações de incumprimento que se arrastam há anos e esta prática tem que acabar.

Relativamente às Sanjoaninas, penso que o centro de custos deveria ser mais discriminado e não sei se será possível medir o impacto do retorno das festas em termos económicos porque acaba por contribuir para uma receita das festas.

A execução da despesa de capital foi de 66%, sendo a execução de bens de capital de cerca de 50%. Contra todos os anúncios desta Câmara, chegámos ao fim do ano com uma execução em

termos de investimento de cerca de metade do que estava previsto. O senhor presidente orgulhou-se sempre em afirmar que a execução seria próxima dos 100% pois não inseria no Plano e Orçamento, investimentos sem financiamento definido. Afinal, o que é que aconteceu? Quais as razões para uma execução tão baixa?

Apesar do equilíbrio das contas, a Câmara esteve este mandato em gestão corrente, realizando apenas obras necessárias e nenhum investimento estruturante, contribuindo ao lado do Governo Regional para a estagnação do nosso concelho. O PSD não pode dar o voto favorável ao incumprimento dos compromissos eleitorais que lhe deram a vitória há quatro anos e é por isso que nos vamos abster.

**Sr. presidente da Câmara:** – As dívidas são um assunto preocupante e faço minhas, as suas palavras. Temos algumas situações reiteradas de incumprimento e a maior parte delas foram resolvidas. Como sabe, as pessoas foram despejadas na maior parte dos casos e esta Câmara tem seguido as regras do normal arrendamento comercial para que o despejo seja mais célere nas situações de incumprimento. Algumas das dívidas antigas são irrecuperáveis porque muitas das empresas em causa já saíram do mercado. Aprovisionámos isso porque, mais tarde ou mais cedo, teremos que reconhecer a perda.

Quanto à execução, o único aspeto negativo em relação a alguns projetos teve a ver com atrasos na aprovação dos fundos comunitários mas essa matéria está ultrapassada. Ontem houve reunião da Associação de Municípios e só dois é que se podem orgulhar das suas aprovações: Angra e o Corvo. Como somos um pouco maiores do que o Corvo, acho que estamos bem nessa matéria.

O ano 2016 foi afetado desse ponto de vista dos grandes projetos; contudo, a Câmara não parou como poderá ver pela lista que está ali na mão do senhor presidente da Assembleia. Usámos o nosso tempo de gestão corrente para irmos fazendo outras obras que muita falta faziam ao povo; estão à vista, as pessoas conhecem-nas e se a senhora deputada as quiser ver, terei muito gosto em servir-lhe de guia.

**Sra. d. m. Marília Vargas:** – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo, caros colegas. Quero felicitar a Câmara Municipal porque, não sendo uma *expert* nas contas e constatando a existência de um saldo de três milhões para a gerência seguinte, vejo que se encontra numa ótima situação financeira.

Não podemos concordar com a crítica relativa à taxa de execução, que foi muito boa, nem com o que aqui foi dito em relação às pequenas e grandes obras que foram feitas ou se encontram adjudicadas. Já se falou nesta Assembleia da obra que liga o Clube Náutico ao Fanal e da obra da Casa do Jardim, ambas adjudicadas. O nosso voto será favorável.

*Não se registaram mais intervenções. Postos à votação, os documentos constantes do Ponto 1.2 relativos à prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo referentes ao exercício de 2016 foram aprovados por maioria com 26 votos a favor (20 do PS, 1 do d. m. independente e 5 do PSD), 6 abstenções do PSD e 4 votos contra do CDS-PP.*

*Interrupção dos trabalhos para almoço.*

**1.3 - Documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao resultado ao exercício de 2016, para aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os quais apresentam os seguintes resultados:**

**- Demonstração dos Resultados do Exercício:**

- Custos e Perdas: 6 362 191,51 € (seis milhões, trezentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e um euros e cinquenta e um cêntimos).

- Proveitos e Ganhos: 6 450 625,45 € (seis milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e vinte e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos).
- Resultado Líquido do Exercício: 88 433,94 € (oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e três euros e noventa e quatro cêntimos).

**- Fluxos Financeiros:**

- Saldo da gerência anterior: 2 294 009,80 € (dois milhões, duzentos e noventa e quatro mil, nove euros e oitenta cêntimos).
- Recebimentos: 6 569 291,53 € (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e um euros e cinquenta e três cêntimos).
- Pagamentos: 6 275 429,34 € (seis milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove euros e trinta e quatro cêntimos).
- Saldo para a gerência seguinte: 2 587 871,99 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e um euros e noventa e nove cêntimos).
- Execução orçamental: 2 540 061,41 € (dois milhões, quinhentos e quarenta mil, sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos);
- Operações de Tesouraria: 47 810,58 € (quarenta e sete mil, oitocentos e dez euros e cinquenta e oito cêntimos).

**De acordo com o disposto no ponto 2.7.3.5 do POCAL, no Relatório de Gestão é proposto que 5% do resultado líquido do exercício de 2016 no valor de 4 421,70 € (quatro mil, quatrocentos e vinte e um euros e setenta cêntimos), seja transferido para a conta 571 “Reservas Legais”. O remanescente, no valor de 84 012,24 € (oitenta e quatro mil, doze euros e vinte e quatro cêntimos), manter-se-á em “Resultados Transitados”.**

**Os Documentos de Prestação de Contas foram organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da Resolução n.º 4/2001 de 18 de agosto, alterada pela Resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro e ser-lhe-ão remetidos, nos termos do n.º 4 do ponto 2 - considerações técnicas, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e do n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto.**

**A Assembleia Municipal também deverá deliberar sobre a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício constante do ponto 8.1.6 do respetivo relatório.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Chamo a atenção para duas questões. Em primeiro lugar os Serviços Municipalizados não veem as suas tarifas alteradas desde 2011 e tiveram uma recuperação muito boa desde 2013. Tínhamos consequentes resultados negativos muito elevados na casa dos 600 ou 700 mil euros o que este ano não aconteceu. É verdade que isto não entra nas amortizações e, mesmo que assim fosse, ficaríamos numa situação de estabilidade.

Os SMAH não têm a mesma pujança financeira da Câmara mas estão bem e recomendam-se, o que nos permite olhar para o futuro com confiança sem que seja necessário aumentar tarifas no próximo ano ou no ano seguinte. Mantemos o preço da água nos valores mais baixos do arquipélago e muito mais baixos ainda em relação à maior parte do país onde a água foi privatizada e os preços se situam várias vezes acima do valor que aqui cobramos.

Foi possível equilibrar as contas apenas com a contenção das despesas. Não pretendo com isto glorificar demais, repito que a situação nos SMAH não é perfeita e temos que poupar o suficiente para criar condições de amortização, antevendo uma situação de eventual falta de fundos comunitários. Não estamos numa situação financeira difícil e isso foi resolvido graças à contenção dos custos e à boa gestão praticada pelos seus gestores. Creio que a equipa dos SMAH está de parabéns porque se conseguiu uma excelente recuperação sem aumento de custos.



Pela primeira vez em muito tempo, estamos a transitar com cerca de um milhão de euros positivos, importância que se destina ao investimento na obra de separação dos esgotos para evitar que venham para o centro da cidade e podermos também poupar cerca de cinco mil euros de energia. É uma obra grande que gostaríamos de ter já começado mas encontra-se numa situação de contencioso que esperamos resolver em pouco tempo.

Temos uma boa notícia a respeito da obra da Ribeirinha cujo visto havia sido recusado pelo Tribunal de Contas segundo informei na última sessão da Assembleia. Recorremos da decisão e ganhámos, já temos o visto, a obra não tem qualquer embaraço e o reforço do abastecimento de água à zona leste do concelho está em condições de prosseguir. A execução foi boa e poderia ter sido melhor se a obra da Canada da Roseira da Ribeirinha não tivesse sido interrompida por causa do visto. Nada se perdeu porque ganhámos o caso e teremos a obra concluída dentro de alguns meses.

Quanto às grandes obras na área dos SMAH, temos o arranjo da Canada das Almas e da zona circundante que ainda tinha uma rede em fibrocimento das poucas que ainda restam no concelho e está a ser substituída e temos ainda dois arranjos relativamente grandes na rede da Serretinha onde havia múltiplas roturas, o que levou à degradação do pavimento naquela descida a caminho do Porto Judeu. A rede está concluída e está a ser colocada a camada de asfalto. Temos uma outra zona problemática na Canada do Porto das Cinco Ribeiras cuja obra está em seguimento.

Os Serviços Municipalizados possuem uma rede praticamente toda moderna, apenas com cerca de 0,2% em fibrocimento. A maior parte da rede deixou de ter câmaras de perda de carga para passar a ter a pressão regulada por válvulas como podem reparar por umas caixas que aparecem ao lado do caminho. Garante-se assim melhor higiene da água por não existir qualquer espaço aberto ao ar, permitindo fazer uma regulação fina da pressão da rede.

A rede para oeste daqui até à Serreta foi extraordinariamente melhorada com o investimento que foi feito na Terra Chã e a zona leste ficará igualmente melhorada com a conclusão das obras na Canada da Roseira na Ribeirinha que se destinam essencialmente à Feteira e ao Porto Judeu que terão a sua rede reforçada com uma forma de exploração bastante mais económica.

Outra boa notícia para os Serviços Municipalizados é que o Governo equipou o furo localizado no extremo de S. Sebastião no início da subida para a Serra do Cume que foi criado há uns anos e já se encontra em exploração. Podemos garantir também ali uma segurança muito maior com excelente qualidade de água no abastecimento à lavoura naquela zona do Paul e ficamos com mais uma reserva estratégica na parte leste de S. Sebastião, essencialmente na Fonte do Bastardo, Porto Martins e Cabo da Praia.

Temos a estação de tratamento de esgotos de S. Sebastião a funcionar em pleno e sem dificuldades, mais um problema histórico que ficou resolvido. Foi feita uma fossa coletiva no Terreiro das Covas que se encontra a funcionar bem, falta-nos apenas resolver um pouco de rede na zona da Atalaia onde é preciso também construir uma fossa para evitar o dispêndio de dinheiro com bombas e reduzir os desperdícios energéticos.

Temos ainda o grande investimento na zona de Angra que foi adjudicado mas a empresa detentora do segundo lugar não concordou com a adjudicação e recorreu. Está a decorrer o processo de reanálise judicial do assunto, que é normal nestas situações, e logo que a questão fique resolvida, esse valor de um milhão e duzentos mil euros que se encontra na conta dos Serviços Municipalizados terá a sua aplicação plena. Como se trata de uma obra cofinanciada, teremos a possibilidade de recuperar esse valor daqui a uns meses.

Tal como aconteceu na Câmara, temos estabilidade nos SMAH sem qualquer situação sensível de redução ou de aumento de pessoal. Nestes últimos anos apenas se abriu uma vaga para engenheiro civil cujo concurso ainda decorre e o número de pessoas que saiu foi modesto. A

situação das aposentações não é convidativa, creio que perdemos nove trabalhadores nestes anos, o que não é significativo, e os Serviços continuam com uma despesa com pessoal que excede o que deveria ser. O ideal seria uma despesa corrente com pessoal na casa dos 35% e ultrapassamos largamente os 40%. Seria bom fazermos a substituição de algum pessoal envelhecido numa área muito sensível que é a recolha de resíduos, muito exigente do ponto de vista físico, mas não temos grandes condições para o fazer dado o elevado número de trabalhadores.

A transferência dos ativos e passivos referentes ao aterro ficou totalmente concluída em 2016 e temos uma conta dos Serviços Municipalizados limpa e fidedigna sem qualquer interferência de outras atividades ou de mistura de ativos com a TERAMB. A escritura está feita e o capital acertado e os SMAH têm a sua situação patrimonial e financeira devidamente regularizada.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – No relatório de contas diz-se que, «*Conforme referido no ponto 8.2 do anexo a demonstrações financeiras, o sistema implementado na entidade para controlo das transações de vendas efetuado com base em estimativas, não faz no fim do ano qualquer acerto das estimativas efetuadas. Caso, em 31 de dezembro, a entidade tivesse corrigido essa situação, as vendas e os clientes viriam diminuídas em aproximadamente 79 mil euros.*» Pergunto se este parecer não tem implicação no resultado líquido do exercício.

**Sr. presidente da Câmara:** – Acatámos a recomendação e o valor apresentado na conta é exatamente o que o auditor recomenda, caso contrário, teríamos tido mais de 80 mil euros de lucro e assim tivemos 12 mil. Explicando por miúdos, como as leituras dos consumos da água de dezembro não são feitas na noite de 31 de dezembro, os dias de pagamento não são iguais. Teria sido necessária uma estimativa do que correspondia ao período até 31 de dezembro e outra ao período posterior. Fazendo essa estimativa, há uma redução de 79 mil euros e estamos a aprovar 12 mil.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Então, estamos a aprovar 12 mil?

**Sr. presidente da Câmara:** – Estamos a aprovar 12 mil, sim.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Mas o documento refere 88 mil.

**Sr. presidente da Câmara:** – A questão colocada pela senhora deputada Rita Andrade é importante e deve ser esclarecida. Parece-me que existe o mesmo problema que havia em relação à conta da Câmara e terá que ser devidamente corrigido.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Para ser posto à votação o valor certo.

**Sr. presidente da Câmara:** – Para ficar mais claro, o valor certo é o que refere o senhor auditor.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Que valor estamos exatamente a votar?

**Sr. presidente da Câmara:** – O que consta do relatório do auditor.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – É só fazer as contas?

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – O valor que consta aqui é de aproximadamente 79 mil euros. Como o auditor arredondou, não é um valor exato.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Como estamos aqui com um problema informático, gostaria que alguém me informasse do valor exato que estamos a votar.

**Sr. presidente da Câmara:** – O que estamos a votar é uma execução orçamental de 2 540 061,41 € e operações de tesouraria no valor de 47 810,58 €, o que perfaz um total de 8 863 301,33 €.

*Não se registando mais intervenções e após votação, os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao ano 2016 constantes do Ponto 1.3, foram aprovados por maioria com 23 votos a favor (19 do PS, 1 do d. m. e 3 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).*

*Os trabalhos foram interrompidos durante cerca de 30 minutos devido a uma falha de energia elétrica.*

**1.4 - Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais desta Câmara Municipal referente ao ano de 2016, cujo total é de 138 538 657,35 € (cento e trinta e oito milhões, quinhentos e trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos).**

**Para apreciação da Assembleia Municipal nos termos da alínea l), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/20163 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – O inventário dos bens seguiu felizmente o caminho inverso, ou seja, os bens subiram à mesma medida que a dívida desceu. Temos cerca de 168 milhões de euros de património. Esta Câmara é uma das autarquias que maior património tem na região e foi bastante enriquecido nestes anos com a aquisição de todos aqueles terrenos em torno do cemitério da Conceição entre a Circular e a rua cá em baixo, uma zona ampla que evita preocupações quanto a expansões do cemitério ou eventuais construções de outras estruturas.

A Câmara comprou também os terrenos ao pé do castelo, uma parte ao exército e outra a particulares. Desapareceu aquela zona junto ao Fanal, comprámos a casa aqui ao lado e um conjunto de outros edifícios na sua maior parte para incorporação na via pública que resolveram alguns problemas de constrangimento de linhas de água ou de trânsito um pouco por todo o concelho. O nosso inventário patrimonial é extenso e rico e creio que a nossa autarquia está de parabéns porque temos um património invejável.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Uma vez que o senhor presidente adquiriu a casa vizinha, pensa retificar e enobrecer a fachada do edifício ou vai deixar ficar aquilo daquela maneira?

**Sr. presidente da Câmara:** – Um dos objetivos é repor a fachada com o aspeto anterior. O estudo arquitetónico está feito, foram encontradas fotografias dos anos de 1920 nas quais se vê que a fachada era igual à casa imediatamente contígua para cima. Foi resolvido um problema de ocupação ilegítima de terrenos aqui por detrás e será possível criar janelas e um conjunto de aberturas para o pátio interior, o que permite a total integração do edifício no complexo.

O projeto está feito e, por se tratar de um edifício recente e bem construído, teremos uma adaptação de baixo valor em *open space* que permitirá a criação de uma sala de reuniões no rés do chão porque um dos problemas desta sala é que sofre grandes danos com a montagem de estruturas e o sobrado já está a ficar marcado com os pés das mesas. As reuniões das dezenas de conselhos que aqui ocorrem passarão a ser feitas ali porque a Câmara Municipal não tem uma sala de reuniões e o rés do chão será adaptado para isso.

Os *open spaces* dos dois andares superiores praticamente duplicarão os espaços de escritórios da Câmara e existe ainda um terceiro andar que, embora mais reduzido, permite criar também algum espaço de trabalho razoavelmente grande. Com tudo isto acrescentaremos cerca de 800 m<sup>2</sup> de área útil de trabalho à Câmara mas a principal vantagem é a resolução de uma das mais feias fachadas desta cidade que está pegadinha com o cunhal da Câmara.

*Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do inventário constante do Ponto 1.4.*

**1.5 – Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2017 de acordo com a seguinte desagregação:**

- **Orçamento** - Aumento líquido no total da receita e da despesa: 2 015 550,09 € (dois milhões, quinze mil, quinhentos e cinquenta euros e nove cêntimos).
- **Grandes Opções do Plano** - Aumento líquido no total da despesa: 1 513 285,90 € (um milhão, quinhentos e treze mil, duzentos e oitenta e cinco euros e noventa cêntimos).

**Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Basicamente estamos a transferir a grande maioria do saldo do ano passado para a ação correspondente à casa ao lado do jardim na rua do Marquês e o resto para cobrir um conjunto de pequenos investimentos e alguma colaboração com as juntas de freguesia em que há um conjunto de aquisições que vão ser pagas a partir daqui. Estamos a fazer o mesmo que em anos anteriores, ou seja, a transferir o grosso deste capital para um projeto que vai ser depois financiado e permitirá a sua recuperação a médio prazo.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – É para transferir verba para a construção do Centro Interpretativo?

**Sr. presidente da Câmara:** – Exatamente.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – É que na análise dos documentos vejo uma redução da verba.

**Sr. presidente da Câmara:** – Constava como «não definido» e passa a «definido». Há uma redução da verba por causa do avanço dos meses de obra e uma transferência de «não definido», ou seja, «sem financiamento» para «financiamento».

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Como o PSD sempre assumiu estar contra a construção do Centro Interpretativo, votará contra este documento.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Apesar de sermos completamente a favor da construção do Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo que partiu de uma proposta do CDS-PP no mandato anterior, por uma questão de coerência e como somos, por norma, contra o orçamento da Câmara, há pouco fomos contra a prestação de contas e o que se está basicamente a fazer aqui é a inclusão de um saldo de gerência, o CDS-PP votará contra este documento.

**Sr. presidente da Câmara:** – É uma questão religiosa.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Não é uma questão de fé; é uma questão de coerência com o que sempre dissemos porque nos últimos quatro anos temos assistido à aprovação de orçamentos com rubricas de cinco euros e passamos o resto do ano a fazer revisões ao orçamento porque o senhor presidente da Câmara transfere uns milhões daqui para ali que saltam de rubrica em rubrica e acabam por não ser executados.

Inicialmente seria um orçamento de precaução devido a uma transição entre quadros comunitários de apoio. Passados quatro anos os quadros comunitários não o têm ajudado, continuamos com rubricas de cinco euros e a fazer sistematicamente revisões ao orçamento. O CDS considera que os seus orçamentos exíguos exigiam pelo menos uma melhor gestão, coisa que o senhor não é capaz de fazer, e passa o tempo com a necessidade de transitar verbas de umas rubricas para as outras, algo com que não concordamos e obviamente temos que votar contra.

**Sr. presidente da Câmara:** – Para prestar um esclarecimento à senhora deputada e minha cara colega, os resultados é que contam e dizem exatamente o oposto do que a senhora acabou de afirmar. Se tivéssemos uma Câmara com dificuldades em desequilíbrio financeiro, nem sei o que a senhora diria. Vai ter que engolir uma coisa difícil que é perceber que há quem saiba ser flexível, gerir orçamentos e administrar esta Câmara. É essa a verdade e o que os dados demonstram.

Esta Assembleia Municipal tem a competência de aprovar as alterações orçamentais para a boa gestão do dinheiro que é de nós todos e é isso que será feito enquanto a maioria dos seus membros assim o entender.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Sei que o senhor presidente da Câmara tem alguma tendência para gostar de impor a sua vontade mas, obrigar-me a engolir o que quer que seja, além de deselegante, é uma prepotência que não lhe admito.

**Sr. presidente da Câmara:** – Não quero que engula nada nem que se engasgue. Longe de mim, senhora deputada.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Foi o que o senhor disse e os resultados demonstram exatamente o que acabei de dizer. Apesar dos orçamentos exíguos, nem sequer os sabe fazer, colocando verbas naquilo que sabe que vai executar e tem a necessidade de trazer sistematicamente a esta Assembleia Municipal a revisão aos orçamentos que faz.

**Sr. d. m. Rogério Sousa:** – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, caros colegas. Já não é a primeira vez que ouço este argumento. Quem não percebe nada de orçamentação e de discussão política, pensa o seguinte: a pessoa faz um orçamento a prever algo que poderá acontecer, não inscreve verbas para não arriscar o incumprimento desse orçamento e a meio caminho tem que o rever porque, afinal, acabou por conseguir aprovação. Todos sabemos como a comunidade europeia funciona em relação aos fundos comunitários que normalmente tardam em chegar. Parece que é preferível que se faça um orçamento inflexível sem alterações e seja o que Deus quiser, do que prever a sua eventualidade aprovação e assim trazer à Assembleia as devidas e inevitáveis alterações. Incomoda o facto de pensarem que uma alteração ao orçamento seja algo negativo.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Voltei a consultar o documento e há algo que não consigo perceber. É dito aqui: «*Centro Interpretativo, obra de construção, financiamento definido 1 496 875,00 €.*» Depois tem: «*Modificações ao financiamento definido -765.*». Afinal não há um reforço de verba.

Se este executivo sempre se orgulhou de dizer que só inscreveria em plano e orçamento as obras que tivessem financiamento definido, abrindo assim as rubricas a cinco euros e fazendo as devidas modificações orçamentais quando o orçamento estivesse definido, estranho que a execução dos investimentos seja apenas de 50%. Voltámos ao mesmo problema ainda mais grave do que os outros que tinham desculpas para não executar porque não lhes deram financiamento. Aqui, temos a garantia do financiamento e acabamos por não executar. Questionei o senhor presidente na altura do relatório de contas, ele não me respondeu e já começo a habituar-me à retórica das minhas perguntas.

**Sr. presidente da Câmara:** – Vou responder-lhe dizendo que a maior parte das aprovações chegaram nestas últimas semanas devido a uma série de fatores que não podemos controlar e agora é que temos condições para executar, mas não foi isso que fez com que tivéssemos pior execução. Se não se fez a obra A, fez-se a obra B, C e D e as freguesias bem o podem confirmar porque sentiram os benefícios. O tempo e o dinheiro foram bem aproveitados para outras obras, algumas delas muito importantes para as pessoas, algo que nos deve orgulhar a todos, particularmente quem gere a Câmara e as juntas de freguesia.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Como fui interpelada pelo senhor deputado Rogério Sousa, devo dizer que, entre a flexibilidade que obriga a alguns ajustes ao longo da execução e a total falta de previsibilidade dos investimentos possíveis, vão muitos orçamentos realistas possíveis de executar.

*Não se registaram mais intervenções. Após votação, a Segunda Revisão ao Orçamento e G.O.P. da Câmara Municipal para 2017 constante do Ponto 1.5 foi aprovada por maioria*

*com 24 votos a favor (19 do PS, 1 do d. m. independente e 4 do PSD) e 10 votos contra (6 do PSD e 4 do CDS-PP).*

**1.6 - Segunda Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados para 2017 cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido na sequência da aplicação do saldo de gerência no valor de 2 540 061,41 € (dois milhões, quinhentos e quarenta mil, sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos), o qual não será totalmente utilizado. Ao nível do Plano Plurianual de Investimentos é reforçado em 200 000,00 € (duzentos mil euros) o projeto relativo à aquisição de viaturas ecológicas, cuja parte do financiamento não estava definida no documento original. Para além disso são reforçadas diversas rubricas, nomeadamente:**

- Matérias-primas e subsidiárias: 52 000,00 € (cinquenta e dois mil euros).
- Material de transporte - Peças: 32 000,00 € (trinta e dois mil euros).
- Outro material - Peças: 30 000,00 € (trinta mil euros).
- Encargos com instalações: 177 000,00 € (cento e setenta e sete mil euros).
- Conservação de bens: 60 000,00 € (sessenta mil euros).
- Encargos de cobrança de receitas: 10 000,00 € (dez mil euros).
- Outros serviços: 450 000,00 € (quatrocentos e cinquenta mil euros).
- Juros de empréstimos de médio e longo prazo: 8 600,00 € (oito mil e seiscentos euros).
- Outras restituições: 80 000,00 € (oitenta mil euros).
- IVA pago: 102 000,00 € (cento e dois mil euros).
- Empréstimos a médio e longo prazo: 136 400,00 € (cento e trinta e seis mil e quatrocentos euros).

**Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – O único objetivo é fazer transitar o saldo essencialmente para a obra principal que se pretende iniciar que é a separação das redes de esgotos. Há também aqui um reforço das verbas para aquisição de material de limpeza, em particular de contentores e ecopontos a distribuir pelas freguesias.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Segunda Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados para 2017 foi aprovada por maioria com 24 votos a favor (19 do PS, 1 do d. m. independente e 4 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).*

**1.7 - Primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.**

**Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – A alteração visa abrir duas vagas para coveiros por razões de reforma de duas pessoas e uma vaga para um técnico de audiovisual para a manutenção do equipamento do Teatro Angrense e do Centro Cultural. Precisamos de alguém especializado que faça a gestão da máquina de projetar onde têm existido alguns problemas, em parte devido à falta de alguém especializado que lá esteja a tempo permanente.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 24 votos a favor (19 do PS, 1 do d. m. independente e 4 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).*

**1.8 - Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude do Concelho de Angra do Heroísmo - artigo 9.º.**

**Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. vereador Guido Teles:** – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhoras e senhores deputados. Trata-se de uma alteração simples ao regulamento do Conselho Municipal de Juventude, aprovada por unanimidade. Pretende-se assim clarificar todo o processo de apresentação dos projetos no âmbito do Orçamento Participativo de Juventude e prever uma questão relacionada com a apresentação dos mesmos que foi posta à consideração de todos os conselheiros sendo que, quem não estiver presente na reunião para apresentar a sua candidatura, a mesma será retirada do projeto no momento da reunião.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Esta alteração resulta de um pequeno berbicacho que aconteceu na reunião do Conselho Municipal de Juventude e a alteração ao artigo 9.º acaba por ser um pouco mais profunda. Senhor vereador, em primeiro lugar desaparece a referência ao n.º 1 do antigo artigo 9.º relativa ao parecer do Conselho ao Orçamento Participativo Municipal e no ponto 3 é dito que vai fixar o valor máximo admitido para cada projeto a apresentar. Pergunto-lhe o que está subjacente a esta proposta de redação que agora é feita.

**Sr. vereador Guido Teles:** – Não é retirada a competência do Conselho Municipal de Juventude para se pronunciar em relação ao Orçamento Participativo, algo que está previsto no artigo 7.º do regulamento. O que se fez no n.º 1 do artigo 9.º foi prever a possibilidade de qualquer conselheiro apresentar um projeto criado por si ou pela instituição por si representada e não votar projetos pré-aprovados pela Câmara e submetidos a aprovação do Conselho naquela modalidade condicionada.

Quanto ao n.º 3, tinha sido fixado um valor máximo de 10 mil euros por projeto. Aqui o que se prevê em regulamento é precisamente a possibilidade de se estabelecer um valor máximo por projeto a apresentar no próximo período de candidaturas.

*Terminadas as intervenções e posta à votação, a Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude constante do Ponto 1.8 foi aprovada por unanimidade.*

**1.9 - Alteração do Regulamento do Parque Industrial de Angra do Heroísmo.**

**Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. vereador Guido Teles:** – Esta é também uma alteração simples. Na redação anterior previa-se uma atualização anual automática em função do índice de inflação dos preços relacionados com o direito de superfície e com o direito de propriedade; agora, e à semelhança do que consta no Regulamento Municipal de Taxas, a atualização dos preços passa a depender da deliberação da Câmara Municipal.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Pela leitura que fiz do documento, percebi que o objetivo era indexar à inflação a atualização dos preços.

**Sr. vereador Guido Teles:** – Antes estava prevista uma atualização automática e agora a atualização passa a ser feita por deliberação da Câmara.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Pode ser um valor superior ao valor da inflação?

**Sr. vereador Guido Teles:** – Pode ser feita uma atualização em função do índice de inflação ou não haver atualização de todo se for esse o entendimento da Câmara.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, **Alteração do Regulamento do Parque Industrial de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.9 foi aprovada por unanimidade.***

**1.10 - Proposta do Presidente da Câmara no sentido de ser alterado o Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda Eleitoral do Concelho de Angra do Heroísmo - artigos 4.º e 49.º.**

**Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Esta alteração visa corrigir uma questão que resultou da revogação pela Assembleia Legislativa Regional do decreto que havia sobre a zona protegida. O nosso regulamento que está em vigor remetia para esse decreto as questões da publicidade em Angra; como desapareceu o respetivo artigo, ficámos com um vazio legislativo que pretendemos preencher com pequenas alterações que resultaram do parecer e da discussão travada com a Câmara do Comércio. Voltámos a pôr as coisas no ponto de partida, visando proibir a colocação das caixas publicitárias com luz interior.

**Sra. d. m. Alódia Costa e Silva:** – O que alterou substancialmente em relação ao que estava previsto pelo diploma da DRAC?

**Sr. presidente da Câmara:** – Creio que o decreto antigo datava de 1985 e o texto original continha muitas alíneas que foram sendo subsumidas nalgumas questões e retirou-se a proibição da existência de cores que terão que ser aprovadas em regulamento municipal mas que o decreto proibia explicitamente, obrigando a que todos os toldos fossem brancos. A Câmara do Comércio opôs-se e ficámos de regulamentar isso depois através da apreciação arquetetónica.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Na alínea m) do nº 2 do artigo 4.º existe uma discriminação que nos parece estranha ao permitir-se aos proprietários de *franchising* a publicidade de produtos ou marcas nos toldos ou noutros anúncios. Visto que Angra possui maioritariamente negócios que nada têm a ver com *franchising*, o CDS questiona se essa discriminação fará sentido face àqueles que apenas podem colocar no toldo o nome da loja.

**Sr. presidente da Câmara:** – Existem dois tipos de exceções: uma tem a ver com farmácias, multibancos e outros que possuem sinalética padronizada; a outra tem a ver com o *franchising* em que deve ser dada nota da marca franchisada e não se trata de publicidade. Se eu possuir uma loja chamada «A minha casa» franchisada da McDonalds, posso lá colocar o nome da minha casa e o símbolo da McDonalds. Para além do nome da loja, deve existir a marca franchisada que está na base do negócio para não impedir esse tipo de negócios na cidade e não me parece que isso se traduza numa vantagem desleal.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – O que o senhor presidente acabou de me dizer não está claro na forma como esta redação está elaborada: «A publicidade de produtos ou marcas...»

**Sr. presidente da Câmara:** – Marcas do franchisado. A Coca-cola ou a McDonalds são marcas. O franchisado pode ter o nome da sua própria loja e mencionar a marca; esse tipo de negócio é normal e comum e acho que não o devemos impedir na cidade.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Julgo que esta redação poderia ser melhorada, de qualquer forma fica a sugestão.

**Sr. presidente da Câmara:** – Essa redação foi proposta pela Câmara do Comércio e parece-me razoável. Se algum dia houver uma loja franchisada da Levis, por exemplo, tem todo o direito de colocar lá o nome desde que seja efetivamente um *franchising*. Existe uma por aí que assim é e tem cá fora o nome da marca de roupa.



Quero lembrar que esta Assembleia fez a maior liberalização de sempre na publicidade. Antes era necessária uma licença cada vez que se pretendia mudar a montra e agora é possível enchê-la de calças, anúncios, etc. O dono da loja pode colocar na sua montra as marcas que quiser, exceto no toldo que vem para cima da via pública, a não ser que se trate de um franchisado.

*Terminadas as intervenções e posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.10 foi aprovada por unanimidade.*

**1.11 - Regulamento do Concurso Municipal de Empreendedorismo de Angra do Heroísmo “Atreve-te”.**

**Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. vereador Guido Teles:** – Esta proposta de regulamento resulta do Orçamento Participativo Municipal de Juventude de 2016. Foi aprovada no âmbito desse orçamento para o projeto de criação de um concurso de inovação e criatividade em Angra do Heroísmo. Este regulamento vem prever as regras desse concurso que será lançado no próximo mês para coincidir com a inauguração formal da incubadora de empresas. Foi aprovado no Orçamento Participativo do Conselho Municipal de Juventude um montante de 10 mil euros para os projetos de caráter geral e o valor de 7 500 euros para o prémio ligado às indústrias criativas.

*Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Regulamento constante do Ponto 1.11 foi aprovado por unanimidade.*

**1.12 - Nomeação pela Assembleia Municipal do novo auditor externo como revisores oficiais de contas do Município a empresa Ana A. Santos, C. Sousa Gois & Associado, SROC, Lda. nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Optou-se por não renovar o contrato trienal existente, está a iniciar-se o procedimento para o novo triénio e é preciso criar condições para manter os serviços no período intermédio de um ano, durante o qual será feito novo contrato para o auditor externo.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Congratulamo-nos com esta abertura de novo concurso como já referimos em várias reuniões da Assembleia Municipal. Não questionamos a competência do atual auditor mas podem adquirir-se vícios quando se passa demasiado tempo a fazer a mesma coisa.

*Não se registando mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal autorizou por unanimidade a nomeação do auditor externo constante do Ponto 1.12.*

**1.13 - Minuta do Contrato Programa de 2016 celebrado entre a TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Terceira, EM, o Município de Angra do Heroísmo e o Município da Praia da Vitória.**

**Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Peço autorização para discutirmos conjuntamente os pontos 1.13 e 1.14 por se tratar rigorosamente da mesma coisa com a diferença de um ano. Nos dois anos em causa trouxemos aqui o contrato para conhecimento e não foi votado porque houve essa interpretação, a lei assim o diz mas os estatutos da TERAMB indicam que deve ser aprovado. O Tribunal de Contas questionou essa matéria e não tivemos outra solução senão voltar a trazer estes dois pontos para uma votação formal e não apenas para uma tomada de conhecimento.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Vamos ser coerentes e abster-nos, à semelhança do que fizemos anteriormente.

*Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, a Minuta do Contrato Programa constante do Ponto 1.13 foi aprovada por maioria com 24 votos a favor (19 do PS, 1 do d. m. independente e 4 do PSD) e 8 abstenções (4 do PSD e 4 do CDS-PP).*

**1.14 - Minuta do contrato programa de 2017 celebrado entre a TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Terceira, EM, o Município de Angra do Heroísmo e o Município da Praia da Vitória.**

**Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.**

*A minuta do Contrato Programa constante do Ponto 1.14 foi aprovada por maioria com 24 votos a favor (19 do PS, 1 do d. m. independente e 4 do PSD) e 8 abstenções (4 do PSD e 4 do CDS-PP).*

**1.15 - Atribuição da Medalha de Mérito Municipal Cultural ao Almanaque do Camponez. Para aprovação da Assembleia Municipal.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Esta foi uma proposta aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal e visa reconhecer o Almanaque do Camponez que este ano publicou a sua centésima edição. O almanaque é publicado ininterruptamente há cem anos, um feito notável porque não há muitas publicações que consigam manter esta continuidade. Passado um século, o Almanaque do Camponez mantém os seus leitores fiéis e acho que é de justiça que esta Assembleia lhe reconheça os méritos com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal Cultural cuja entrega pretendemos fazer como tradicionalmente em agosto no dia em que celebraremos o aniversário da cidade.

*Posto à votação, a atribuição da medalha constante do Ponto 1.15 foi aprovada por unanimidade.*

**1.16 - Atribuição da Medalha de Mérito Municipal Filantrópico à Casa de Saúde Espírito Santo.**

**Para aprovação da Assembleia Municipal.**

**Sr. presidente da Câmara:** – A Casa de Saúde do Espírito Santo, mais conhecida como a Casa das Mulheres, a vertente feminina da casa de saúde, completa este ano 50 anos de atividade. É uma instituição meritória que foi, em muitos aspetos, pioneira nos cuidados de saúde mental no país e em particular aqui nos Açores com um papel muito importante na dignificação de mulheres que não tinham uma solução adequada em termos de cuidados de saúde mental.

Ao longo destes 50 anos, a instituição deu provas de um enorme serviço à comunidade com muita vontade de bem-fazer, já que funcionou durante a maior parte deste período de forma quase voluntária recorrendo ao serviço das religiosas que lá estão. Por tudo isso e muito mais, a Casa de Saúde do Espírito Santo merece o carinho e o respeito desta Assembleia.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – O PSD associa-se com muito gosto a este reconhecimento do papel das irmãs na saúde das nossas populações nos últimos tempos. Colando-me às palavras do senhor presidente da Câmara, é meritório porque desenvolve uma atividade feita com desinteresse económico e o desejo único de solidariedade e de entajuda que dão forma à mentalidade e à cultura cristã ocidental. É com o maior prazer que reconhecemos o trabalho e o mérito desta instituição.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Atribuição da Medalha de Mérito Municipal Filantrópico à Casa de Saúde Espírito Santo constante do Ponto 1.16 foi aprovada por unanimidade.*

**1.17 - Atribuição da Medalha de Mérito Municipal Filantrópico à Delegação de Angra do Heroísmo da Cruz Vermelha Portuguesa.**

**Para aprovação da Assembleia Municipal.**

**Sr. presidente da Câmara:** – A delegação da Cruz Vermelha na nossa cidade foi uma das primeiras delegações e completa cem anos no próximo mês de junho. Nessa altura funcionava aqui no castelo um depósito de concentrados alemães com cerca de 700 prisioneiros de guerra e a Cruz Vermelha instalou-se para dar cumprimento às convenções de Genebra e tratar da correspondência dos prisioneiros. Nasceu precisamente na guerra, prestou um serviço magnífico nesse período e tem sido uma presença nesta cidade com altos e baixos ao longo de um século na prestação de cuidados de saúde em tudo o que são eventos.

Particularmente num período em que a acessibilidade aos cuidados de saúde era baixa, a Cruz Vermelha foi uma porta sempre aberta ao serviço das pessoas. Passou por momentos críticos nestes últimos dois anos, felizmente foi possível recuperá-la, temo-la a renascer entre nós e esperemos que se mantenha viva e ativa pelo menos por mais um século. Creio que a atribuição desta medalha é justa, honra este centenário e dignifica uma instituição que muito merece desta terra.

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – O grupo municipal do CDS-PP associa-se a esta proposta. As recentes intenções e intromissões por parte de gente com grandes responsabilidades políticas desta região puderam felizmente ser revertidas e reforço o que o senhor presidente da Câmara acabou de dizer. Ainda bem que a Cruz Vermelha portuguesa está viva e ativa em Angra e nunca deveria ter deixado de estar.

*Terminadas as intervenções e posta à votação, a Atribuição da Medalha de Mérito Municipal Filantrópico à Delegação de Angra do Heroísmo da Cruz Vermelha Portuguesa foi aprovada por unanimidade.*

**Sr. presidente da Câmara:** – Com a permissão do senhor presidente da Mesa, creio que podemos associar os pontos 1.18 e 1.19 porque versam rigorosamente a mesma coisa. O Orçamento de Estado de 2017 introduziu uma inovação que é a obrigação de comunicação à Assembleia Municipal dos contratos plurianuais. Os Serviços Municipalizados celebraram dois contratos, um referente ao custo da utilização das caixas multibanco para pagamento das contas da água e um outro relacionado com a contratação do médico de trabalho que é obrigatório para os SMAH. Estes dois contratos já vinham de trás mas devem ser comunicados à Assembleia de acordo com o novo enquadramento legislativo.

**1.18 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 - Serviços bancários de cobranças e pagamentos automáticos - 2017 e 2018.**

**Para conhecimento da Assembleia Municipal, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida pelo órgão deliberativo municipal em sessão de 28-11-2016.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento.*

**1.19 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 - Medicina no trabalho - 2017 e 2018.**

**Para conhecimento da Assembleia Municipal, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida pelo órgão deliberativo municipal em sessão de 28-11-2016.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento.*

## **2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

### **2.1 - Voto de Louvor aos Matraquilhos Futebol Clube. Para aprovação da Assembleia Municipal.**

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, caros colegas de esforços e trabalhos, venturas e desventuras. Este Voto de Louvor aos Matraquilhos é um exemplo muito interessante da vivência política no nosso concelho. Falo na qualidade de munícipe que vive na Terra Chã e, não sendo dos mais entusiastas participantes da vida social da freguesia, não deixo de me congratular ou entristecer com os seus êxitos ou inêxitos. Neste caso, os Matraquilhos são paradigmáticos porque são um êxito no que toca ao exercício da atividade de grupo desportivo, e um inêxito do ponto de vista das expectativas criadas pelo poder político.

Tenho uma foto da vistosa ex-presidente da Câmara que, em 2009, dizia que um dos grandes objetivos da Câmara seria a construção de um pavilhão para a Terra Chã mas, por razões que me escapam e nem pretendo investigar ou tentar destrinçar, essa promessa não foi cumprida.

Se os políticos e a política não cumpriram o que tencionavam efetuar, os Matraquilhos fizeram o seu trabalho de casa que, como terão oportunidade de constatar, é realmente notável. Que o seu exemplo e grau de eficácia no exercício da função desportiva entusiasme os políticos de agora e do futuro para que o clube receba a recompensa do seu trabalho.

O voto de Louvor reza assim:

*«O Matraquilhos Futebol Clube é um projeto social e desportivo iniciado em 2006 por um grupo de jovens da freguesia da Terra Chã. Iniciou a sua atividade com apenas 15 atletas e passados dez anos conta com 121 atletas federados em diversos escalões com o Futsal a ser a principal atividade do clube.*

*Ao longo da sua existência, o projeto Matraquilhos Futebol Clube ganhou o respeito dos seus pares e da comunidade onde está inserido, contribuindo para a formação social e desportiva de muitos jovens, muitos deles oriundos de meios sociais desfavorecidos que encontraram neste clube o apoio essencial para a sua orientação pessoal, dando corpo ao lema do projeto que se designa “Matraquilhos para além do Futsal”.*

*Na época 2011/2012 o Matraquilhos venceu a Série Açores da III Divisão Nacional de Futsal, feito que antecedeu uma importante conquista, a obtenção do estatuto de instituição de utilidade pública atribuído a 10 de outubro de 2012.*

*Sempre com participações de mérito em todas as competições disputadas nos diversos escalões, destaque-se ainda o alcançar da manutenção na II Divisão Nacional de Futsal Sénior utilizando apenas atletas terceirenses, sendo a melhor equipa açoriana nesta competição.*

*Nos escalões de formação, o Matraquilhos Futebol Clube tem já no seu palmarés a obtenção de vários títulos regionais e de ilha quer em Futsal Masculino, quer em Futsal Feminino. A culminar tudo isto, acaba de alcançar o feito histórico de vencer a Série Açores da II Divisão Nacional de Futsal Sénior Masculino, encontrando-se a disputar o acesso à I Divisão Nacional. Independentemente de o conseguir ou não, o Matraquilhos Futebol Clube merece os*

*maiores aplausos pelo desempenho obtido até agora, levando longe o nome da Terra Chã, da ilha Terceira e do arquipélago dos Açores.*

*São feitos que nos devem orgulhar a todos, ainda mais tratando-se de uma instituição tão jovem mas já com tantas provas dadas e com um futuro promissor à sua frente.*

*Assim, o grupo municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo um Voto de Louvor ao Matraquilhos Futebol Clube como prova de apreço e reconhecimento pela valia do seu projeto “Matraquilhos para além do Futsal”.»*

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – O grupo municipal do CDS-PP associa-se a este voto do PSD. Julgo que o Matraquilhos teve também até bem pouco tempo uma secção de ciclismo com a obtenção de alguns resultados interessantes. Por força da prática do ciclismo e devido à falta de clubes propriamente organizados na ilha nesta modalidade, acabou por juntar muita gente no clube. Como foi dito, o Matraquilhos tem-se destacado essencialmente pela vertente do Futsal com uma participação nacional muito honrosa e merecedora do nosso respeito.

Julgo que a melhor forma de respeitarmos o clube será também através de uma reversão de decisões para que seja tida em conta com alguma seriedade a edificação de um pavilhão desportivo na Terra Chã num futuro próximo que proporcionasse as condições que o clube necessita até porque arrasta consigo uma enorme e ruidosa massa associativa.

*Terminadas as intervenções e posto à votação, o Voto de Louvor aos Matraquilhos Futebol Clube constante do Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade.*

### **3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP**

#### **3.1 - Voto de Louvor a Luís Godinho pela conquista do Prémio Nacional de Portugal nos “Sony World Photography Awards 2017”.**

**Sr. d. m. Pedro Ferreira:** – Agradeço a colaboração da Assembleia visto que este voto surgiu aqui hoje com a solicitação de poder ser incluído na agenda.

*«No passado dia 28 de março foram anunciados os vencedores nacionais de 66 países no prestigiado concurso “Sony World Photography Awards 2017” em que o fotógrafo angrense Luís Godinho foi o vencedor do prémio nacional de Portugal nesta competição mundial.*

*A fotografia premiada intitula-se “Janela” e foi captada no Senegal em abril do ano passado no âmbito de uma missão humanitária da Fundação AMI (Assistência Médica Internacional). O trabalho vencedor de Luís Godinho está exposto em Londres em conjunto com as fotografias dos restantes vencedores da edição de 2017 do “Sony World Photography Awards”.*

*Luís Miguel da Silva Godinho é um jovem natural de Angra do Heroísmo formado em engenharia e gestão do ambiente pela universidade dos Açores. Aos 34 anos tem já um vasto currículo como fotógrafo com especial enfoque em fotografia de natureza, de paisagem e de rua e o seu trabalho é reconhecido internacionalmente. Para além deste, Luís Godinho já conquistou outros prémios de carácter nacional e internacional.*

*A conquista do prémio nacional de Portugal deste “Sony World Photography Awards 2017” é um notável reconhecimento da qualidade desenvolvida no âmbito do trabalho de fotógrafo de Luís Godinho e uma forma de elevar a nível internacional o nome da cidade de Angra do Heroísmo, do concelho, da ilha e dos Açores.*

*Nesse sentido, o grupo municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo propõe a aprovação deste Voto de Louvor ao fotógrafo angrense Luís Godinho pela conquista do Prémio Nacional de Portugal do “Sony World Photography Awards 2017”.*

*Solicitamos que, deste voto, seja dado conhecimento ao próprio, à Sony Portugal, à AMI, à Direção Regional da Cultura e ao Instituto Açoriano de Cultura.»*

**Sr. d. m. Péricles Ortins:** – Gostaria que ficasse registado que o grupo municipal do PSD se associa com muito gosto a este Voto de Louvor apresentado pelo CDS-PP por todas as razões referidas e pelo profissionalismo, pela qualidade e pela disponibilidade do fotógrafo Luís Godinho. Estamos orgulhosos em ter um ser humano e um profissional que nos representa muito bem.

**Sr. d. m. Rogério Sousa:** – O grupo municipal do Partido Socialista também se associa com muito agrado a este Voto de Louvor porque, de facto, o Luís Godinho tem-se revelado um dos melhores fotógrafos açorianos e portugueses, o que muito nos orgulha.

*Não se registaram mais intervenções. O Voto de Louvor ao fotógrafo Luís Godinho constante do Ponto 3.1 foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.*

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da Minuta das Deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.*

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 16h10m do dia 28 de abril de 2017, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.*

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**

**O 1º Secretário**

---

**Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz**